



REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2025/11/10

DELIBERAÇÃO

Serviço responsável | DIVISÃO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Assunto | Terceira Alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional de Leiria

Informação | Presente a informação prestada pela Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território (DIPOT), datada de 3 de novembro de 2025, a qual mereceu despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara Municipal, proferido em 4 de novembro de 2025, relativa à proposta de Terceira Alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) de Leiria, que constitui o Anexo 1197/25 à presente deliberação e dela passa a fazer parte integrante.

Deliberação | A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto e concordando com o teor da informação dos serviços, **deliberou por unanimidade:**

- a) Aprovar a proposta de alteração à delimitação da REN do Município de Leiria, com fundamento nas circunstâncias descritas no n.º 2 do artigo 16.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) e conforme os elementos anexos à presente deliberação;
- b) Proceder à instrução do processo de alteração da REN junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, segundo o procedimento previsto nos artigos 10.º e 11.º do RJREN.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

Sónia Custódio Gabriel
ASSISTENTE TÉCNICO
12-11-2025

Assinatura Digital Certificada 1

Plano Diretor Municipal

Leiria

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

**Memória Descritiva e Justificativa da
3ª Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do
Município de Leiria**

novembro 2025

Câmara Municipal de Leiria



INDICE

1. Introdução	3
2. ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 16º DO REGIME JURIDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL	3
3. Proposta de exclusão da Reserva ecológica Nacional	6
3.1 - E 934 – FÁBRICA MACEIRA LIZ DA SECIL – PROFUTURE MACEIRA	6
4. Declaração da Câmara Municipal, suportada em informação técnica que ateste a conformidade das pretensões com os instrumentos de gestão territorial em vigor.....	12
5. Síntese da área de reserva ecológica nacional alterada no âmbito do procedimento da ALTERAÇÃO da REN	13
6. conclusão	16
ANEXOS	17



1. INTRODUÇÃO

A compatibilização entre o desenvolvimento económico e a proteção ambiental é uma exigência crescente no planeamento e ordenamento do território. A Reserva Ecológica Nacional (REN), enquanto instrumento que visa salvaguardar zonas com funções ecológicas e ambientais relevantes, impõe restrições à ocupação e utilização do solo. Contudo, existem situações em que se torna necessário reavaliar os limites da REN, nomeadamente quando estão em causa **projetos económicos estratégicos**, como é o caso de uma ampliação da **unidade de produção de cimento cinzento**, construída entre 1919 e 1923, considerada, à época a mais moderna do mundo e cuja atividade é essencial para setores-chave da economia, como a construção civil e as infraestruturas, e cuja pretensão é o aumento de eficiência energética e redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

Esta unidade tem marcado uma evolução determinante no fabrico do cimento. Tendo vindo a efetuar, ao longo do tempo, várias intervenções de melhoria, especialmente nos últimos anos para se adaptar às, cada vez maiores, exigências de qualidade e ambiente, sem nunca parar a sua laboração, desde o início da atividade.

Este trabalho propõe-se a justificar a alteração da REN numa área específica, tendo em conta a importância económica da instalação ou expansão da cimenteira, bem como a adoção de medidas técnicas e ambientais que permitam minimizar os impactos sobre o meio envolvente e garantir uma exploração responsável e sustentável dos recursos.

2. ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 16º DO REGIME JURIDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Leiria foi aprovada pela Portaria nº 26/2016, de 15 de fevereiro, alterada, pela 1ª Correção Material da delimitação da REN de Leiria publicada pelo Despacho nº 6692/2019, de 26 de julho, pela 1ª alteração da delimitação da REN de Leiria, publicada pelo Aviso nº 4221/2020, de 11 de março e pela 2.ª alteração da delimitação da REN de Leiria, publicada pelo Aviso nº 20086/2022, de 21 de outubro.

É sobre esta delimitação da REN em vigor que se pretende proceder à alteração, nos termos do disposto no artigo 16.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) aprovado Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 123/2024, de 31 de dezembro.

Sendo que de acordo com o estipulado no nº 3 do artigo 16º, a alteração à REN, cumpre com o procedimento previsto nos nºs 10º e 11º do RJREN.



Leiria

De acordo com o n.º 1 do artigo 11º, a Câmara Municipal de Leiria apresenta a proposta de alteração da delimitação da REN junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

A alteração que o município de Leiria propõe enquadra-se no disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei nº 166/2008, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 124/2019 de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 123/2024, de 31 de dezembro tem como pressuposto a evolução económica e a adoção de medidas ambientais atualizadas de uma atividade económica com uma importância local, regional, mas sobretudo nacional.

A presente alteração da delimitação da REN no município de Leiria, fundamenta-se na evolução das condições económicas, sociais e ambientais resultantes do Projeto ProFuture Maceira (PIN 313), alinhando-se com o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) e Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), visão estratégica de longo prazo que estabelece o caminho e constrói as narrativas essenciais para alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

Este projeto irá desenvolver-se na unidade industrial cimenteira da Secil na freguesia da Maceira.

O projeto foi reconhecido como Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN n.º 313, Despacho da AICEP de 30 de setembro de 2024, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro).

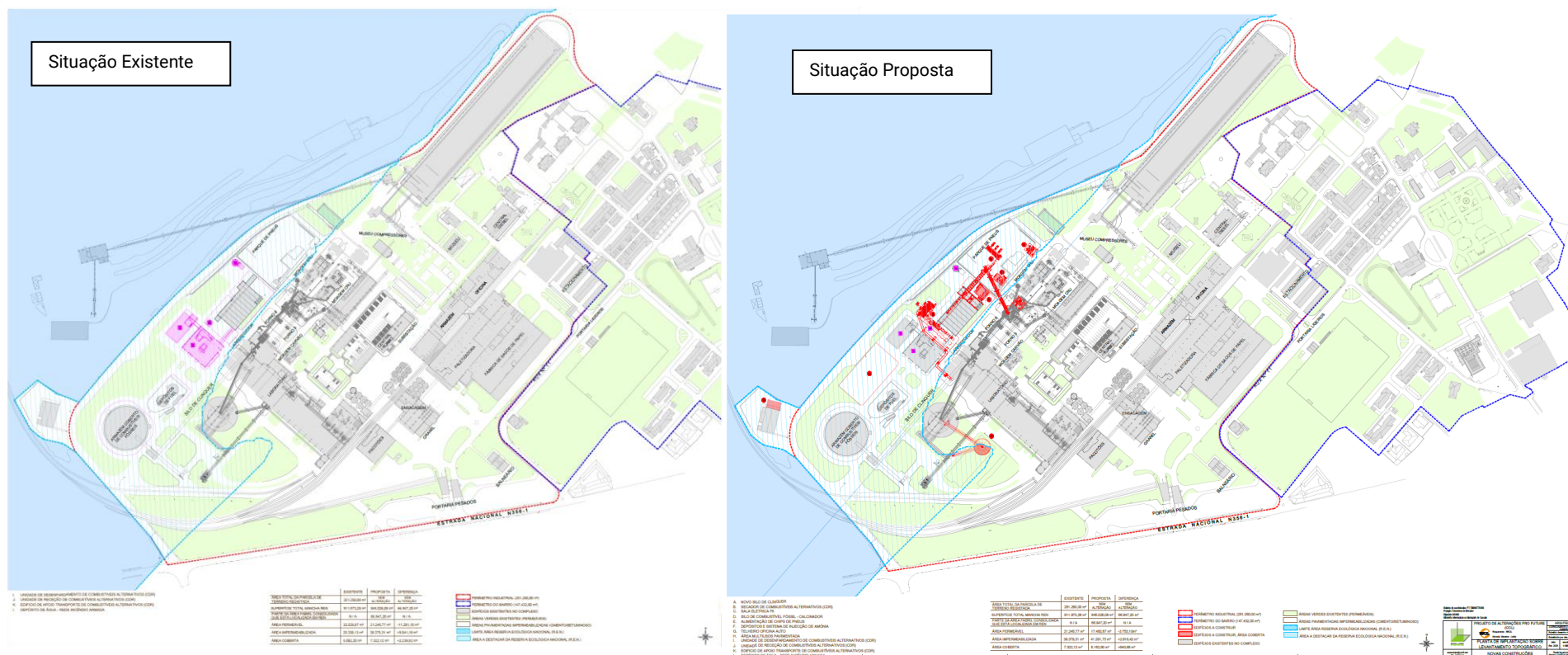
Este reconhecimento formal do interesse público nacional baseou-se em pareceres favoráveis das entidades competentes como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Câmara Municipal de Leiria, Comissão e Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., Instituto para a Conservação da Natureza e Florestal (ICNF) e Turismo de Portugal e teve em consideração:

- i) um investimento global de cerca de 62,89 M€;
- ii) a criação de 13 novos postos de trabalho diretos;
- iii) a idoneidade e credibilidade do promotor;
- iv) a viabilidade económica comprovada;
- v) a sustentabilidade ambiental e territorial;
- vi) e o contributo para a inovação tecnológica, eficiência energética e valorização de combustíveis alternativos.

As alterações da delimitação da REN devem salvaguardar a preservação dos valores naturais fundamentais, bem como a prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens. No quadro 1 apresenta-se uma breve caracterização da atividade económica desconforme com a REN do Município de Leiria.

Designação	Nº da Proposta de exclusão	Atividade	Localização	Área da parcela (m2)	Área licenciada (m2)	Área a excluir da REN (m2)	Acessos	Observações
Fábrica Secil Maceira Liz	E934	Indústria	Maceira	251.250	46.800	64.810	Arruamento da Unidade Industrial já existente	

Quadro 1- Características gerais do projeto Profuture – Secil Maceira a excluir da REN.



3. PROPOSTA DE EXCLUSÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A proposta de exclusão abordada neste capítulo é referente à implementação do CCL – Clean Cement Line na Fábrica Maceira Liz da SECIL (PROFuture Maceira) a executar dentro do seu perímetro fabril localizado na freguesia de Maceira (E934).

A tipologia da REN envolvida nesta alteração é “Áreas de Máxima Infiltração” (área definida no Decreto-Lei n.º 93/90 de 19 de março) e que de acordo com o anexo IV do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, alterado, se insere na categoria da REN de “Áreas Estratégicas de Infiltração e de proteção e recarga de aquíferos”.

Neste processo de alteração da delimitação da REN de Leiria, de forma a obtermos uma maior exatidão nas medições da área e a real situação procedeu-se à utilização de cartografia topográfica vetorial homologada.

3.1 - E 934 – FÁBRICA MACEIRA LIZ DA SECIL – PROFUTURE MACEIRA

A proposta de exclusão da REN desta indústria incide sobre tipologia de Áreas de Máxima Infiltração numa área de 6,48 ha.

O projeto “Instalação de Secador Industrial de Combustíveis Alternativos e Nova Sala Elétrica” insere-se no âmbito do Projeto Profuture Maceira, projeto estratégico de modernização da linha 6 da Fábrica de Cimentos de Maceira, com estatuto de Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN n.º 313, Despacho da AICEP de 30/09/2024, ofício ref.ª DCCPIN2024/PIN313/ENV.LXA/ARO).

As intervenções que motivaram a presente proposta de alteração de REN correspondem à:

- Instalação de um secador industrial de combustíveis alternativos (CDR – Combustíveis Derivados de Resíduos), com o objetivo de reduzir o teor de humidade destes combustíveis para valores inferiores a 15%;
- Construção de uma nova sala elétrica, destinada a assegurar o fornecimento de energia a todos os novos equipamentos da linha 6 modernizada, incluindo os sistemas associados ao uso de combustíveis alternativos;
- Integração funcional das infraestruturas na área de implantação existente, de forma a otimizar os circuitos de receção e transporte de material, potenciar a utilização de calor residual e reduzir eventuais impactos ambientais.

Contudo, a proposta não se limita às parcelas correspondentes a estas duas infraestruturas, irá incluir, ainda, área ocupada por construções e impermeabilizações existentes, umas comprovadamente licenciadas e outras que não se encontram licenciadas.

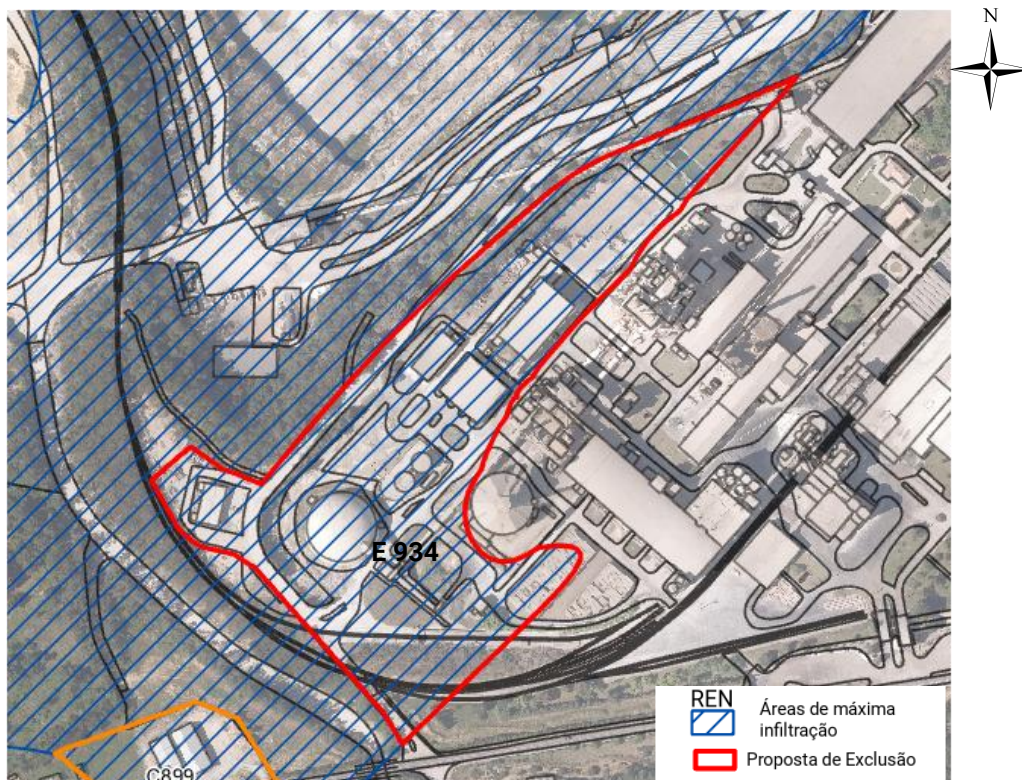


Figura 1. Extrato, sem escala, da carta da REN e área a excluir da REN (E 934)

(Imagem aérea de 2023 e polígonos das construções da cartografia 1:10000 – homologada pela DGT em 2020)

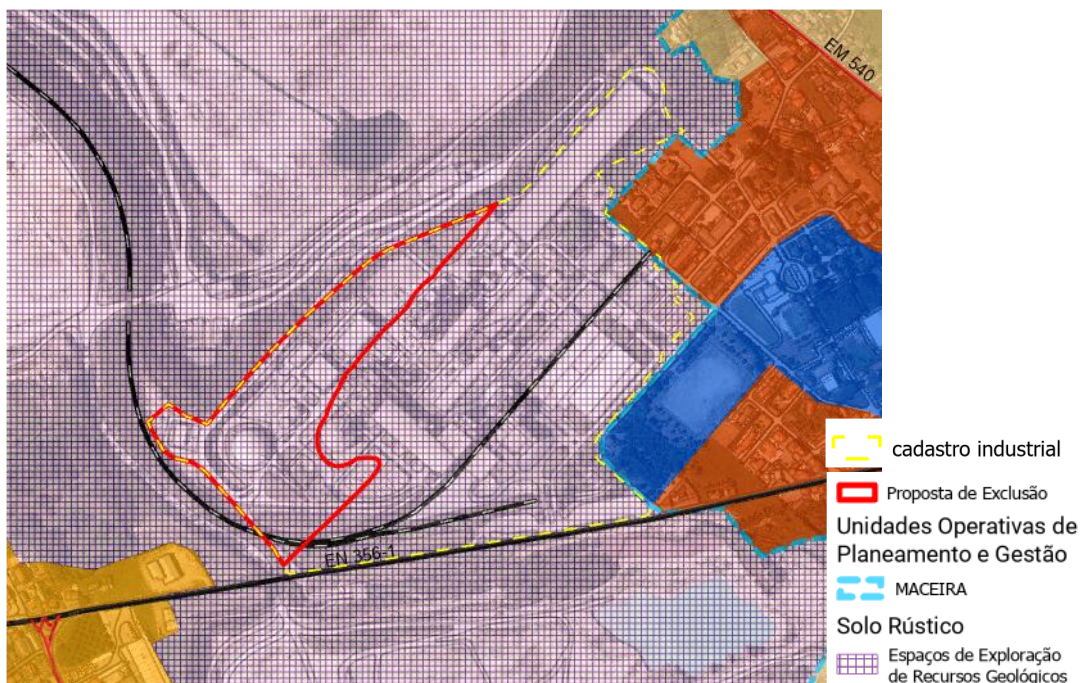


Figura 2. Extrato, sem escala, da Planta de Ordenamento (classificação e qualificação do solo) e a área a excluir da REN (E934)

(Imagem aérea de 2023 e polígonos das construções da cartografia 1:10000 – homologada pela DGT em 2020)



Características da atividade da Fábrica da Maceira Liz

A Fábrica da Maceira-Liz é uma instalação de produção de cimento cinzento, sita em Maceira, freguesia de Maceira, concelho de Leiria e distrito de Leiria.

Esta fábrica conta já com mais de 100 anos, tendo sido construída entre 1919 e 1923, no rescaldo da I Guerra Mundial. A Fábrica da Maceira-Liz foi, na altura, considerada a mais moderna do mundo, tendo marcado uma evolução determinante no fabrico do cimento. Sem nunca parar a laboração, desde a sua construção, sofreu ao longo do tempo várias intervenções de melhoria, especialmente nos últimos anos para se adaptar às cada vez maiores exigências de qualidade, ambiente e de Segurança e Saúde no Trabalho.

A produção anual de cimento ronda as 774 mil toneladas (de acordo com os dados de 2022), empregando cerca de 178 pessoas.

O processo de fabrico do clínquer (matéria essencial do cimento) é via seca, isto é, sem adição de água para homogeneização das matérias-primas.

No que respeita à envolvente, a Fábrica de cimento SECIL Maceira insere-se em terrenos da propriedade da SECIL, sendo a área fabril delimitada a Norte pela pedreira Martingança-Maceira e localidade de Venda-dos-Pretos, a Sul pela estrada EN 356 e pedreira Maceira nº 3 e fábrica de cal SECIL-Martingança, a Este pelo bairro CMP e bairro Pocariça e vila de Maceira, e a Oeste pelas estradas EN 356 e 356-1, as quais constituem os principais acessos às instalações.

A pretensão consiste na regularização de edificações existentes, bem como a ampliação da indústria com a construção de um secador e de uma nova sala elétrica. Esta ampliação decorre da necessidade de modernização tecnológica, aumento de eficiência energética e redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), em conformidade com os objetivos do Projeto Profuture Maceira, alinhado com o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), visão estratégica de longo prazo que estabelece o caminho e constrói as narrativas essenciais para alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

Este projeto foi reconhecido como projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN), tendo por base os pareceres favoráveis de todas as entidades competentes como A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Câmara Municipal de Leiria, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), Direção Geral de Geologia e Energia (DGEG), Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI), Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e Turismo de Portugal e teve em consideração:

- i) investimento global de cerca de 62,89 M€;
- ii) criação de 13 novos postos de trabalho diretos;
- iii) idoneidade e credibilidade do promotor;
- iv) viabilidade económica comprovada;
- v) sustentabilidade ambiental e territorial;



vi) contributo para a inovação tecnológica, eficiência energética e valorização de combustíveis alternativos.

Para a concretização do projeto Profuture Maceira é necessário ocupar áreas da REN, para:

- A instalação de um secador industrial de combustíveis alternativos (CDR – Combustíveis Derivados de Resíduos), com o objetivo de reduzir o teor de humidade destes combustíveis;
- A construção de uma nova sala elétrica, destinada a assegurar o fornecimento de energia a todos os novos equipamentos da linha 6 modernizada;
- A integração funcional das infraestruturas na área de implantação existente, de forma a otimizar os circuitos de receção e transporte de material, potenciar a utilização de calor residual e reduzir eventuais impactes ambientais.

De acordo com as peças escritas e desenhadas do projeto apresentado, os elementos a reter são os seguintes:

- Área do Perímetro Industrial– 25,13 ha
- Área total da proposta de exclusão – 6, 48 ha
- Área Permeável (com as novas edificações do projeto) – 21,25 ha
- Área Impermeabilizada (com as novas edificações) – 38,38 ha

Enquadramento no PDM e demais normas legais e regulamentares aplicáveis em razão do ordenamento

De acordo com o regulamento e cartogramas constantes do Plano Diretor Municipal de Leiria alterado e republicado pelo Aviso n.º 4564/2022 de 03 de março, com a redação dada pela Declaração n.º 62/2024, de 22 de agosto de 2024 a área delimitada nos extratos do PDM em vigor (em anexo) insere-se, na classe de Solo Rústico, na categoria de Espaços de Exploração de Recursos Geológicos, encontra-se parcialmente inserida na zona de perigosidade da Maceira Liz (relativamente à PAG), inserindo-se parcialmente em Áreas Complementares da Estrutura Ecológica Municipal, estando sujeita ao disposto nos artigos, 12.º, 13.º, 32.º-A, 45.º-A, 70.º e 71.º do regulamento do PDM.

Do cruzamento das servidões e restrições de utilidade pública com o ordenamento, verifica-se que a área em questão se encontra parcialmente condicionada pela Reserva Ecológica Nacional (REN) – tipologia de Áreas de Máxima Infiltração e parcialmente em Área de Reserva e Cativa (Barracão/Pombal/Redinha e Maceira acionando nomeadamente o artigo 6.º do regulamento do PDM.

No âmbito da carta de perigosidade de incêndio florestal em vigor, a área encontra-se parcialmente classificada como Perigosidade baixa, inserindo-se, parcialmente, em territórios florestais e faixa de 50 metros aos territórios florestais estando a operação urbanística sujeita ao disposto no Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, com a redação atual.



Ponderação da regularização e ampliação da Fábrica de Cimentos de Maceira Liz

Para os efeitos acima referidos, foram analisados os seguintes aspetos:

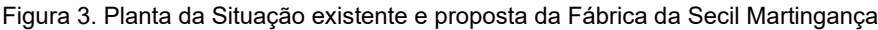
- a) As medidas e os procedimentos a adotar que sejam suscetíveis de fazer cessar ou minimizar os eventuais impactos decorrentes da regularização da exploração, designadamente, em matéria de gestão ambiental;
- b) A necessidade de manutenção da atividade, por motivos de interesse económico e social;
- c) Os custos económicos, sociais e ambientais da desativação da exploração ou da cessação da atividade;
- d) A ausência de soluções alternativas que minimizem os efeitos referidos na alínea anterior e a possibilidade de adoção das medidas referidas na alínea b);
- e) A impossibilidade ou excessiva onerosidade da deslocalização da exploração para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos.

Apreciado de forma integrada, o pedido de edificação em apreço, os representantes das entidades consultadas consideram que se encontram cumpridos na generalidade os princípios e normas técnicas previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis e evidenciam os interesses económicos e sociais para o município, nomeadamente:

- Pela manutenção de postos de trabalho na região que carece de oportunidades de oferta;
- Pelo valor acrescentado criado com benefícios para a região;
- Pelo facto de valorizar os materiais endógenos da região.
- A existência de antecedentes da atividade licenciada no local desde 1920;

O município Leiria vem promover a **alteração da delimitação da REN** do Município de Leiria para a tipologia de Áreas de Máxima Infiltração, nos termos do art.º 16º do RJREN.

Assim, pretende-se, proceder à alteração da REN e a exploração deverá enquadrar-se no regulamento do PDM e dar cumprimento ao preconizado nos pareceres emitidos pelas diversas entidades, anexos à ata da conferência decisória, nomeadamente ao necessário para o processo de alteração da REN.





4. DECLARAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, SUPOSTADA EM INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE ATESTE A CONFORMIDADE DAS PRETENSÕES COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR.

A atividade económica caracterizada e considerada para esta alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) tem, enquadramento no instrumento de gestão territorial em vigor (PDM de Leiria).

Trata-se de uma ampliação de uma atividade industrial ligada aos recursos geológicos e cujo produto final é o cimento.

O caso abordado nesta alteração, encontra enquadramento no regulamento do PDM de Leiria, republicado pelo Aviso n.º 4564/2022, de 3 de março, nomeadamente no artigo 71.º.

(A incluir declaração assinada pelo sr. Presidente)



5. SÍNTESE DA ÁREA DE RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL ALTERADA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DA ALTERAÇÃO DA REN

De modo a proceder ao enquadramento da proposta da alteração da REN, no âmbito do artigo 16.º do RJREN, apresentam-se seguidamente os quadros 1 (5.1) e 3 (2.2.1), que constam da Memória Descritiva e Justificativa da Delimitação (MDJ) da Reserva Ecológica Nacional do Município de Leiria, elaborada no âmbito da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Leiria e aprovada através da Portaria nº 26/2016 de 15 fevereiro, com as correções efetuadas no âmbito da proposta apresentada.

Quadro 1. Proposta de áreas a excluir da Reserva Ecológica Nacional

Nº de Ordem	Superfície (ha)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese de fundamentação	Uso atual do Solo	Uso proposto
E 934	6,48	Áreas de Máxima Infiltração	Atividade económica ligada a uma exploração de recursos geológicos	Área necessária para a viabilização da modernização de uma linha de produção da unidade industrial	Espaços de Recursos Geológicos	Espaços de Recursos Geológicos

**Quadro 3. Quadro síntese das áreas incluídas em REN, por tipologia**

Tipologias da REN	Superfície (ha)	% Superfície do concelho
Áreas de Máxima Infiltração (AMI)	3685,668	6,63
AMI + ARE	1767,6	3,18
AMI + DUNAS + FPL	11,0	0,02
AMI + DUNAS + LCA	6,0	0,01
AMI + FPE	1,8	0,003
AMI + LCA	56,0	0,10
AMI + LCA + ZAC	8,0	0,01
AMI + ZAC	51,0	0,09
Áreas com Risco de Erosão (ARE)	4791,803	8,62
ARE + CLA	36,0	0,06
Cabeceiras das Linhas de Água (CLA)	569,0	1,02
CLA + LCA	30,0	0,05
Dunas	3,32	0,01
DUNAS + AMI	4000,0	7,19
ESCARPAS + ARE	5,0	0,01
Faixa Marítima	4617,81	8,30
Faixa Marítima + Praia	90,4	0,16
Faixa de Proteção de Escarpas (FPE)	7,684	0,01
FPE + ARE	41,0	0,07
FPE + ARE + AMI	3,0	0,01
FPE + ZAC + LCA	3,0	0,01
Faixa de Proteção de Lagoas (FPL)	11,0	0,02
LAGOAS	22,0	0,04
Leitos dos Cursos de Água (LCA)	361,972	0,65
LCA + ZAC	404,693	0,73
Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)	2754,28	4,95
Total de REN	23.339,026	41,97
Total de REN (não considerando a área imersa)	18.721,96	33,67
Área do Concelho	55.609,00	100

Quanto ao pedido de exclusão relacionado com a proposta de alteração da REN por forma a dar enquadramento ao previsto no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 21/2016 de 19 de julho foi considerado como Áreas destinadas à satisfação de carências existentes e reflete-se do seguinte modo:

- A tipologia de Áreas de Máxima Infiltração sofre uma diminuição de 6,48ha;

Da observação do quadro acima, constata-se que a área da REN que, não considerando a parte imersa (faixa marítima) ocupa 18.721,96 ha que corresponde a 33,67% da área total do concelho de Leiria, não se alterou de forma expressiva com a proposta de exclusão em causa (que corresponde a uma ampliação e legalização de uma unidade industrial ligada à exploração de recursos geológicos).



Note-se que apenas se pretende excluir cerca de 6,48 ha do total da REN, que corresponde a 0.035% da área total da REN (sem a área imersa) do concelho de Leiria.

O quadro seguinte ilustra o somatório das áreas que se propõe excluir por tipologia, bem como as percentagens que estas representam.

(A atualizar aquando processo para publicação)

Quadro 2. Quadro síntese das áreas a excluir e/ou reintegrar a REN por tipologia

	Áreas efetivamente já comprometidas			Áreas a excluir para satisfação de carências existentes		
	Superfície (ha)	% Referente à tipologia	% Da superfície do concelho	Superfície (ha)	% Referente à tipologia	% Superfície do concelho
AMI	-	-	-	6,48	0,19	
TOTAL	-	-	-	6,48		



6. CONCLUSÃO

Os elementos apresentados e analisados demonstram que a ocupação existente e prevista, salvaguarda a preservação dos valores e recursos naturais fundamentais que a REN pretende proteger e a prevenção de riscos para pessoas e bens.

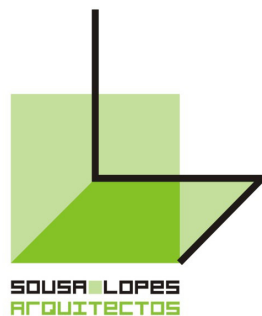
Pretende-se promover a adequação das atividades económicas no local onde se localizam, dado que se torna difícil arranjar uma alternativa de localização.

Esta atividade pretende regularizar e ampliar as suas instalações no local onde já possui uma unidade industrial e junto às explorações de recursos geológicos que providenciam a matéria-prima, demonstrando a intenção de se manter nesta localização, sendo que as alterações têm como principal objetivo a eficiência ambiental e a redução das emissões.

Será anexado ao presente documento Memória descritiva do projeto em causa, a declaração de projeto PIN e planta de implantação.



ANEXOS



PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA
(NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 14.º DO RJUE NA SUA ATUAL REDAÇÃO)
ALTERAÇÃO DE COMPLEXO INDUSTRIAL
PROJETO CCL ("CLEAN CEMENT LINE")

REQUERENTE: SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
LOCAL: Fábrica Maceira-Liz, 2405-019 Maceira, Leiria

MEMÓRIA DESCRITIVA

FOTOGRAFIAS DO LOCAL



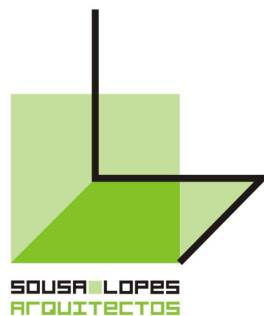




MEMÓRIA DESCRITIVA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. ENQUADRAMENTO DAS ALTERAÇÕES PRETENDIDAS	5
3. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	5
4. OBJETIVOS DO PROJETO	6
5. DESCRIÇÃO DO PROJETO CCL	6
6. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO CCL	8
7. CARACTERIZAÇÃO DAS PREEXISTÊNCIAS	8
7.1. ACESSO À PARCELA	10
7.2. REDES PÚBLICAS EXISTENTES	10
7.3. CARACTERIZAÇÃO DA ENVOLVENTE	10
8. ÁREA OBJETO DO PEDIDO	10
9. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	11
9.1. CONDICIONANTES	11
9.2. ALTERAÇÕES PROPOSTAS	11
9.3. ÁREA DE IMPLANTAÇÃO E ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO	12
9.4. DIMENSÃO VERTICAL DAS ESTRUTURAS A CONSTRUIR	13
9.5. INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA DA NOVA TORRE DE CICLONES E CALCINADOR	14
9.6. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PREVISTO E MATERIAIS A UTILIZAR	15
10. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS APLICÁVEIS	15
10.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LEIRIA:	15
10.2. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (R.E.N.)	16
10.3. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	17
11. PARECERES DE ENTIDADES EXTERNAS	17
12. JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES TÉCNICAS E DA INTEGRAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA OPERAÇÃO	19
13. ENQUADRAMENTO FORMAL E FUNCIONAL COM A ENVOLVENTE, INCLUINDO VIA PÚBLICA E INFRAESTRUTURAS OU EQUIPAMENTOS Á EXISTENTES	19
14. QUADRO SINÓPTICO	20



ANEXOS

ANEXO I – TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL - TUA20210114000015

ANEXO II – LICENÇA AMBIENTAL N.º 165/1.0/2016

ANEXO III – TÍTULO DIGITAL DE ALTERAÇÃO E EXPLORAÇÃO N.º 368/2021-1

ANEXO IV – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO V – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO VI – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO VII – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO VIII – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO IX – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO X – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO XI – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO XII – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO XIII – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO XIV – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO XV – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO XVI – LICENÇA CAMARÁRIA

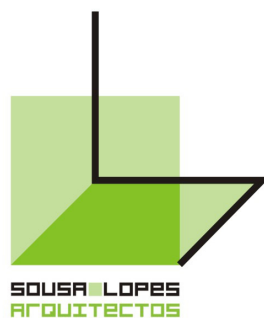
ANEXO XVII – LICENÇA CAMARÁRIA

ANEXO XVIII – PARECER DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

ANEXO XIX – PARECER AICEP

ANEXO XX – PARECER CCDR-CENTRO

ANEXO XXI – FABRICA MACEIRA – USO COMPATÍVEL REN



1. INTRODUÇÃO

A presente memória descritiva refere-se ao pedido de informação prévia instruído ao abrigo do n.º 2, do artigo 14.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua atual redação, para alteração de edifícios preexistentes no complexo industrial SECIL Maceira-Liz, sito na freguesia de Maceira, concelho de Leiria.

2. ENQUADRAMENTO DAS ALTERAÇÕES PRETENDIDAS

As alterações agora propostas advêm da implementação do CCL - Clean Cement Line na Fábrica Maceira-Liz da SECIL (ProFuture Maceira), a executar dentro do seu perímetro fabril.

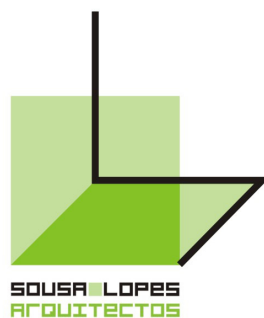
O supracitado projeto designado por CCL – Clean Cement Line (ProFuture Maceira) inclui 5 medidas de descarbonização, que, em conjunto com as medidas implementadas entre o ano de referência e o ano pós-implementado do projeto, permitem reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em cerca de 30% em relação ao ano de referência (2019). As medidas de alteração implicam a instalação de novos e a substituição de alguns dos equipamentos e das instalações já existentes, essencialmente ao nível da fase de clinquerização do Forno 6, via introdução de novas tecnologias.

3. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Ao nível da sua estratégia de desenvolvimento sustentável, da qual surge o presente projeto, a SECIL tem um conjunto de objetivos transversais a qualquer desenvolvimento, projeto ou atividade produtiva, nomeadamente orientações estratégicas que enquadram objetivos operacionais:

- Garantir um desenvolvimento ecologicamente correto;
- Garantir um desenvolvimento economicamente viável;
- Garantir um desenvolvimento socialmente justo;
- Garantir um desenvolvimento culturalmente diverso.

No que diz respeito ao presente projeto, o objetivo visa reduzir significativamente as emissões de GEE na unidade da SECIL Maceira-Liz, através da adaptação da sua linha de clinquerização do Forno 6 para o consumo de hidrogénio verde, aumento da utilização de combustíveis alternativos (CA's) e da melhoria da eficiência energética (com reaproveitamento de calor).



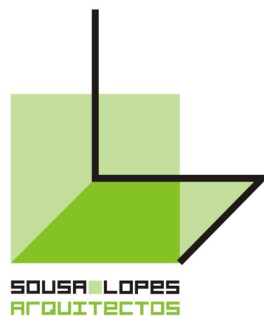
4. OBJETIVOS DO PROJETO

- Substituição total de combustíveis fósseis por 90% de combustíveis alternativos e 10% de Hidrogénio verde;
- Redução do consumo energético em 20,8%, o que corresponde a uma redução de cerca de 11976 tep entre 2019 e o ano pós-projeto;
- Redução das emissões de GEE em 30,3%, traduzida numa diminuição de 146 kgCO₂/tclínquer. Prevê-se que atinja valores de 0,547 tCO₂e/t clínquer, ou seja cerca de 21,0% abaixo do “benchmark” (0,693 tCO₂e/t clínquer cinzento de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2021/447).

5. DESCRIÇÃO DO PROJETO CCL

Este projeto de alteração da Fábrica Maceira-Liz foi apresentado como projeto relevante no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), conforme AVISO n.º 02/C11-I01/2022, sendo composto por 5 medidas que visam a descarbonização da instalação da linha de produção de clínquer, quer a nível de emissões diretas (processo de fabrico englobando as emissões de combustão e as emissões de processo) quer a nível das emissões indiretas (associadas à eletricidade), com impacto na redução de emissões de GEE (CO₂) na atividade da SECIL Maceira-Liz, nomeadamente:

1. Para possibilitar o aumento dos combustíveis alternativos será necessário **modificar a torre de ciclones e introduzir um calcinador com um queimador adicional** que permitirá repartir a queima de CA's (Combustíveis Alternativos) entre o queimador principal e este novo ponto de admissão. Normalmente esta modificação da torre de ciclones permite repartir os consumos entre 60% nesta zona e somente 40% no queimador principal, o que modifica completamente o perfil térmico que tem de ser readaptado. Esta alteração implica ainda a montagem de novos sistemas de alimentação, doseamento, transporte e armazenagem de CA's, compatíveis com os novos fluxos e volumes de materiais. Estimamos que esta medida permitirá a esta unidade fabril aumentar a incorporação de combustíveis alternativos para taxas de substituição até 90% sendo, portanto, um contributo importante para descarbonizar e abolir os combustíveis fósseis.
2. **Alargamento do percurso de gases e materiais nos ciclones**, por novos sistemas, dimensionados de forma a aumentar a eficiência energética num contexto de aumento significativo de gases e materiais nos ciclones e adaptação ao novo perfil térmico introduzido pelo calcinador na torre. Estas alterações incluem a **introdução de uma quinta etapa de ciclones**. O aumento dos tempos de permanência no circuito de gases e a melhoria das trocas térmicas com o material serão um importante contributo para a eficiência global.
3. **Modificação do sistema de arrefecimento de clínquer**, com redesenho dos equipamentos de forma a permitir um melhor aproveitamento de gases quentes, com vista a que grande parte destes gases retornem ao processo (será instalada uma conduta de ar terciário), maximizando a recuperação de calor, atualmente desperdiçado em grande quantidade, nesta fase final do processo, contribuindo para uma redução efetiva dos consumos específicos da produção de clínquer.
4. **Modificação do sistema de tratamento de CA's com a instalação de um secador** (os CA's têm normalmente elevados teores de humidade) que permitirá reduzir a sua humidade para valores abaixo de 15%. Este secador funcionará exclusivamente com calor que seria desperdiçado no processo ao nível do arrefecedor, aumentando-se desta forma a eficiência global. Por outro lado, permitirá a utilização de novas fileiras de CA's, mais

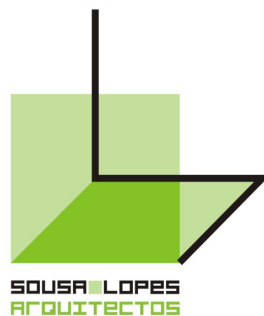


biogénicas, que hoje, pelos elevados teores de humidade que apresentam, não podem ser utilizados. O secador ficará integrado entre o arrefecedor de clínquer e o sistema de alimentação de combustíveis alternativos.

5. **Introdução de um novo combustível para a queima de hidrogénio verde (H_2)**, sendo então necessária a adequação do sistema de pirólise à utilização do H_2 , combinado inicialmente com Gás Natural (GN) em conjunto com combustíveis alternativos, de forma a promover a melhor adsorção possível destes gases nos CA's aumentando desta forma a eficiência da combustão:
 - i. Instalação de um novo queimador principal que possibilite a introdução de H_2 eventualmente em mistura com gás natural, que promova a adsorção possível destes gases nos CA's;
 - ii. Construção da rede interna de abastecimento de gases, central de pressurização e mistura e respetivos sistemas de controlo e segurança associados;
 - iii. Adequação do sistema de acionamento do forno e do revestimento refratário do mesmo às novas condições de combustão e às características do fluxo de material no interior do forno,

Para além das medidas integrantes na candidatura (acima mencionadas), serão ainda contabilizadas outras medidas de descarbonização em curso e/ou que se espera implementar e que contribuem para a redução de emissões de GEE entre o ano de referência e o ano pós-projeto, mas que não integram o plano de investimentos da candidatura, por se encontrarem já em execução, nomeadamente:

1. Implementação de uma solução de “Low Carbon Clinker”, que consiste na introdução no forno, na fase final do processo, de materiais sílico-aluminosos que serão ativados com recurso ao calor desperdiçado no arrefecedor do forno. Estes materiais (argilas, cinzas de aterro ou matérias-primas secundárias com origem em resíduos ou sub-produtos de outros processos) irão introduzir uma nova fase pozolânica no clínquer, fase essa que contribui para uma redução direta dos consumos e emissões, adicionando ainda o benefício de aumentarem a resistência química do betão produzido com este cimento, sobretudo quando exposto a ambientes agressivos (maior tempo de vida dos betões implica menor pegada ecológica).
2. Completa digitalização da linha com a incorporação de inovadores sistemas de sensorização e monitorização que permitirão, em tempo real, um controlo da condução do processo e apoio à operação na tomada de decisão, evitando-se desvios e perdas de eficiência. Os estudos para o efeito já se iniciaram no âmbito do projeto H2020-Retrofeed (<https://retrofeed.eu/>), que visa o desenvolvimento de um “digital twin” deste forno. Esta solução permitirá produzir simulações em tempo real de alterações de qualidade dos combustíveis e da matéria-prima, otimizando o funcionamento, aumentando a qualidade final do produto, eliminando a produção de clínquer não conforme ou fora das especificações-alvo. O suporte dado por este projeto ao nível da monitorização em tempo real da qualidade dos combustíveis, da qualidade do clínquer e das emissões ao longo do processo permitirá uma otimizada gestão da produção global. Este sistema, agora em desenvolvimento, será utilizado no novo enquadramento e ajustado às novas condições de trabalho.
3. Instalação de sistema de injeção de cal hidratada (absorvente) no forno 6: A adição de absorventes para reduzir/minimizar as emissões de SOx dos efluentes gasosos provenientes dos processos de cozedura e/ou dos processos de pré-aquecimento/pré-calcinação é uma Melhor Técnica Disponível (MTD), referida como MTD 21, indicada no BREF CLM (“Best Available Techniques (BAT) Reference Document for the Production of Cement, Lime and Magnesium Oxide”). A Fábrica Maceira-Liz, com o objetivo de garantir maior fiabilidade no cumprimento dos limites associados ao BAT-AEL (“Best Available Technique – Associated Emission Level”), permitindo uma utilização menos restritiva das matérias-primas e dos combustíveis, irá proceder à instalação de



um sistema de injeção de cal hidratada, implementando assim no seu processo a MTD prevista no BREF CLM para este fim. Este sistema será também altamente eficiente no abatimento das emissões de cloreto de hidrogénio (HCl) e fluoreto de hidrogénio (HF). O absorvente a utilizar será o hidróxido de cálcio de elevada superfície específica, desenvolvido especialmente para o tratamento de gases por via seca. A injeção do absorvente será efetuada nos gases do “by-pass”, na conduta de ligação da “quenching chamber” ao filtro de mangas do “by-pass”. A elevada superfície específica e a porosidade deste material aumentam significativamente a eficiência de absorção e abatimento dos gases ácidos. A sua superfície específica é três vezes superior à da cal hidratada convencional, permitindo uma redução de até 50% na quantidade de absorvente necessário para atingir os níveis de abatimento exigidos. A cal hidratada de elevada superfície específica apresenta um desempenho ótimo numa gama de temperaturas entre 60°C e 400°C, sendo adequada às condições típicas dos gases de exaustão na indústria cimenteira.

6. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O projeto CCL Maceira surge assim na premente necessidade da indústria cimenteira se desenvolver e demonstrar que é possível ter uma linha de produção de cimento cada vez mais limpa, com menor emissão de CO₂ e menor dependência dos combustíveis fósseis.

O projeto CCL parte das melhores técnicas disponíveis para o setor e agrupa uma série de medidas que têm como principais objetivos a eliminação da dependência de combustíveis fósseis e a redução efetiva dos consumos térmicos específicos, através de uma nova abordagem para a eficiência energética do processo e pela introdução de hidrogénio verde no processo de combustão.

Cada medida irá contribuir para este fim, através da otimização da combustão (secagem de matérias-primas e combustíveis alternativos), o desenvolvimento de um clínquer de baixo carbono e do respetivo processo de processamento, de forma a criar-se uma gama de cimentos de mais baixa pegada ecológica.

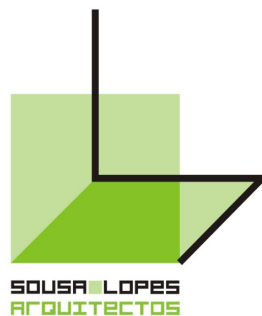
Considera-se que a integração dos contributos de todos os projetos CCL irão colocar a Indústria Cimenteira dentro dos objetivos da Comunidade Europeia, quer no que se refere ao consumo energético, quer no que se refere às emissões, contribuindo para a valorização do produto – Cimento, como um dos produtos base da economia, com maior impacto na vida do dia-a-dia.

O resultado global deste projeto, pela importante redução dos consumos de energia e emissões de gases de efeito de estufa, impactará de forma significativa na competitividade e na capacidade exportadora da empresa.

7. CARACTERIZAÇÃO DAS PREEXISTÊNCIAS

O complexo industrial onde se pretende intervir corresponde à fábrica Maceira-Liz da empresa SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., tratando-se de uma unidade construída entre 1919 e 1923 para fabrico de cimento.

A SECIL é um Grupo empresarial que assenta a sua atividade na produção e comercialização de cimento, betão pronto, agregados, argamassas, prefabricados de betão e cal hidráulica. Adicionalmente a SECIL integra empresas que operam



em áreas complementares, como o desenvolvimento de soluções no domínio da preservação do ambiente e a utilização de resíduos como fonte de energia.

As instalações fabris e atividades industriais são integralmente realizadas dentro do perímetro industrial da fábrica, onde será executado o Projeto CCL, tratando-se de uma unidade licenciada através do TUA20210114000015 (Anexo I) com Licença Ambiental n.º 165/1.0/2016 (anexa ao TUA) da Agência Portuguesa do Ambiente (Anexo II), válida até 16 de maio de 2026 e pelo Título Digital de Alteração e Exploração n.º 368/2021-1 pelo IAPMEI (Anexo III). Documentos incluídos no presente processo de pedido de licenciamento de alterações (Anexos I, II e III).

Mais se esclarece que, do ponto de vista urbanístico e nos termos do RJUE na sua atual redação, todas as edificações e estruturas que compõem estas instalações industriais se encontram devidamente licenciadas através das licenças de utilização:

- N.º 170 de 1989 – processo n.º 2553/85 (Anexo IV);
- N.º 445/05 de 4 de outubro de 2005 – processo n.º 52/03 (Anexo V);
- N.º 358/07 de 11 de setembro de 2007 – processo n.º 1014/04 (Anexo VI);

Acresce ainda informar da globalidade dos números dos processos camarários que dizem respeito a intervenções preconizadas nesta unidade industrial:

- N.º 2963/83 (Anexo VII);
- N.º 2648/84 (Anexo VIII)
- N.º 19/92 (Anexo IX);
- N.º 926/93 (Anexo X);
- N.º 1084/96 (Anexo XI);
- N.º 1310/00 (Anexo XII)
- N.º 51/03 (Anexo XIII)
- N.º 1357/04 (Anexo XIV)
- N.º 113/05 (Anexo XV);
- N.º 74/08 (Anexo XVI);
- Parque exterior de estacionamento (Anexo XVII).

O supracitado conjunto fabril de Maceira-Liz localiza-se numa parcela de terreno que possui na sua totalidade 251.250,00 m².

Para além da área edificada com usos adstritos à atividade industrial e funções conexas (serviços administrativos, instalações para funcionários, etc.), a unidade industrial compreende ainda zonas de extração de inertes, incluindo ainda como atividade secundária, o fabrico de sacos de papel para a embalagem de produtos da marca SECIL e também de outras marcas.

Em termos de inscrição na matriz, a parcela possui o artigo matricial n.º 4810.

7.1. Acesso à parcela:

O acesso à propriedade é efetuado a partir da Estrada Nacional N356-1, que limita a parcela a Sul, bem como pela Rua n.º 11.

7.2. Redes públicas existentes:

A propriedade encontra-se servida por redes de água pública (equipamento UTIS e Oficina Pedreira) e particular, saneamento e energia elétrica.

7.3. Caracterização da envolvente:

O território envolvente caracteriza-se por um manifesto carácter periurbano, uma vez que apresenta não apenas referências paisagísticas com marcas predominantes de utilização agrícola, mas igualmente usos periurbanos, evidenciados na proximidade a grandes vias automóveis (A8), ou na relação física com o aglomerado de Maceira.

8. ÁREA OBJETO DO PEDIDO

As alterações do Projeto CCL serão executadas em instalações e equipamentos existentes dentro do perímetro fabril consolidado da Fábrica SECIL Maceira-Liz, cuja localização geográfica é ilustrada na figura seguinte.

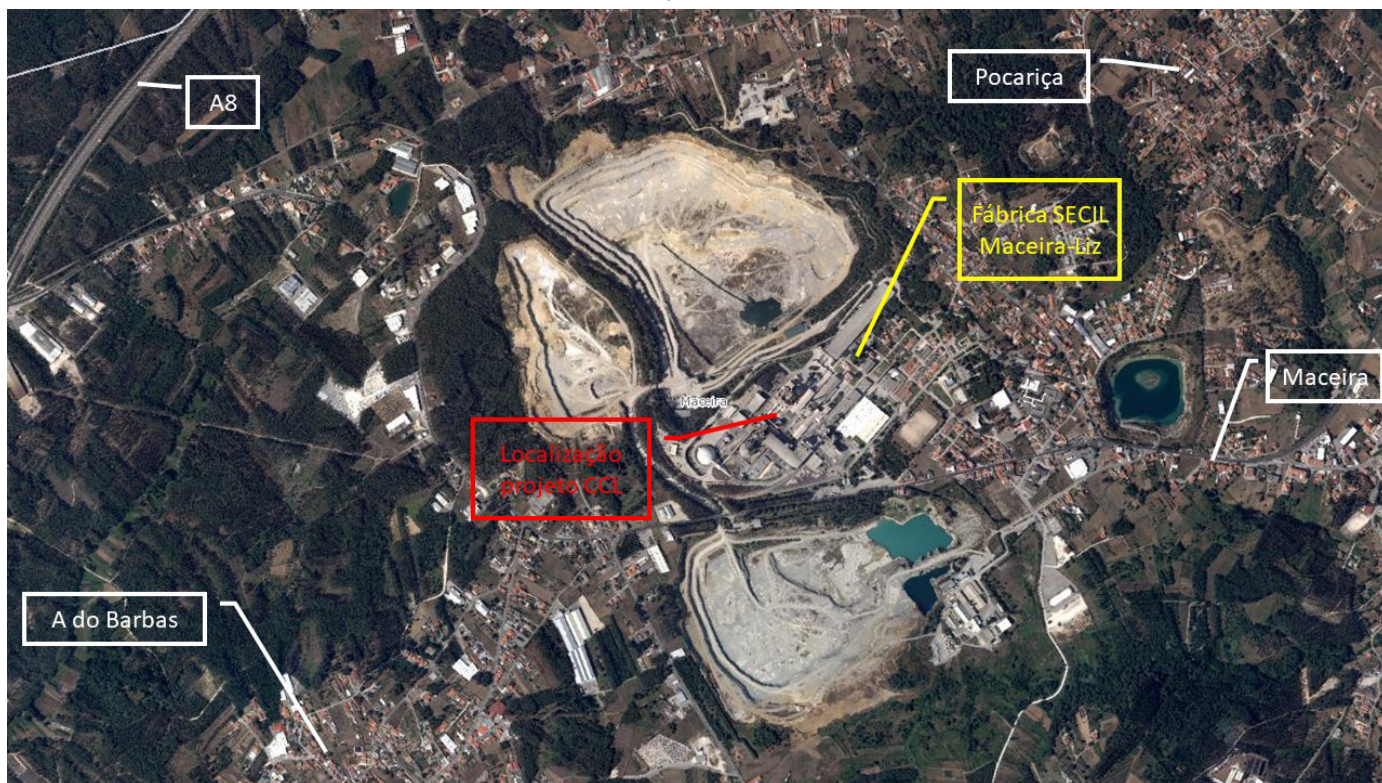
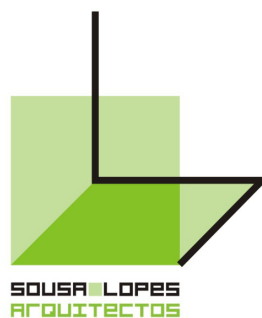


Figura 1 – Localização e enquadramento Fábrica SECIL Maceira-Liz (Fonte: adaptado Google Earth)



9. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

9.1. Condicionantes:

Na elaboração do presente projeto de arquitetura foram consideradas as condicionantes urbanísticas e regulamentares para o local, atendendo às características topográficas e ambientais do lugar, tendo sido observadas as normas gerais e específicas da construção, e todos os instrumentos legais aplicáveis, tais como:

- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua atual redação;
- Plano Diretor Municipal de Leiria;
- Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Leiria;
- Regulamento Geral das Edificações Urbanas;
- Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – RJREN;
- Outra legislação e disposições complementares aplicáveis.

9.2. Alterações propostas:

As alterações a que se referem o presente PIP integram o supracitado projeto CCL (Clean Cement Line) que irá implicar alterações de instalações e equipamentos essencialmente ao nível da fase de clinquerização do Forno 6, da fábrica aqui em presença.

Com a implementação global do referido projeto CCL, pretende-se desenvolver e demonstrar o conceito de produção limpa de cimento, partindo de uma linha de produção já existente (linha do Forno 6).

Para a implementação do projeto CCL será executado um **conjunto de novas estruturas, sendo as mesmas maioritariamente descobertas, dado tratar-se de elementos que possuem uma utilização para fins industriais, tais como condutas, tubagens, ou passadeiras/transportadores mecanizados.**

Como tal esclarece-se que a única construção de cariz permanente e que implica uma área efetivamente coberta, refere-se à **nova sala elétrica** que será necessária edificar para fornecimento específico ao projeto CCL.

Trata-se de uma edificação exclusivamente técnica, ou seja, com uma utilização dedicada unicamente para a instalação de armários técnicos e transformadores, dotada de dois pisos.

Adicionalmente, será necessário proceder à pavimentação de uma área com cerca de 500 m² para a implantação do equipamento Secador de Combustíveis Alternativos e dos respetivos equipamentos associados. Esta intervenção visa garantir as condições estruturais e funcionais adequadas à instalação e operação segura deste conjunto técnico.



Elementos a demolir (demolições parciais):

- Condutas;
- Transportadores;
- Cobertura do edifício do arrefecedor;
- Atual sala elétrica (situada entre os apoios do Forno 6);
- Torres de ciclones atuais até à altura de 19 metros.

Elementos a construir:

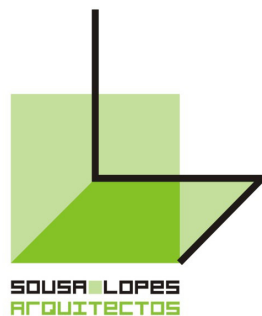
- Condutas;
- Transportadores;
- Calcinador;
- Torre de ciclones;
- Escadas metálicas;
- Sistema de alimentação de combustíveis alternativos;
- Secador de combustíveis alternativos;
- Sistema de transporte de combustíveis alternativos;
- Arrefecedor de clínquer;
- Cabeçote do Forno 6;
- Virola do Forno 6;
- Nova sala elétrica.

9.3. Área de implantação e área bruta de construção:

Salienta-se que **a grande maioria das alterações a concretizar não pressupõem a construção de edificações novas das quais resultem aumentos das áreas** (implantação/construção) atualmente existentes, porquanto o projeto suporta-se essencialmente na execução de estruturas metálicas desmontáveis e que não implicam a criação de espaços encerrados, tratando-se nomeadamente de componentes e mecanismos industriais.

A única exceção para o efeito refere-se à supracitada sala elétrica, sendo que a mesma comporta uma **área de implantação de 187,20 m²**, bem como uma **área bruta de construção de 374,40m²**, pelo que, de igual modo se verifica um **acréscimo de 338,13m² de área impermeabilizada**.

Adicionalmente, será necessário pavimentar uma área com cerca de 500 m² para a implantação do equipamento Secador de Combustíveis Alternativos e respetivos equipamentos associados. Esta intervenção, embora não configure uma edificação com volumetria edificada, implicará a criação de uma nova área impermeabilizada, essencial à instalação e operação do referido equipamento.



Como tal, esclarece-se que **as restantes estruturas a erigir pressupõem unicamente a ocupação pontual de espaços já impermeabilizados e/ou construídos ao nível do solo, não existindo qualquer nova utilização de áreas permeáveis existentes no complexo fabril.** Nesse pressuposto esclarece-se que essas construções são desmontáveis e, na sua grande maioria, erguidas por via aérea (tipo ponte – transportadores mecanizados), sendo as mesmas estruturalmente solucionadas através de pilares metálicos assentes em estruturas preexistentes, ou em pavimentos de cimento já presentes nesta unidade industrial.

De salientar que **o calcinador e a nova torre de ciclones serão erigidos sobre estruturas preexistentes, não sendo ocupadas novas áreas ao nível do solo.**

Sobre esses componentes e **uma vez que se trata de elementos técnicos destinados unicamente à atividade industrial, que não configuram espaços utilizados para outros fins, nem tão-pouco se reportam a edifícios, os mesmos não são contabilizáveis para efeitos de área de implantação e /ou de área bruta de construção.**

Atente-se para o disposto no Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, nomeadamente na ficha n.º I-21, onde se estipula que um edifício é *uma construção permanente, dotada de acesso independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes-meeiras que vão das fundações à cobertura, destinada a utilização humana ou a outros fins*, características evidentemente distintas das construções aqui em causa.

Informa-se ainda que a ficha n.º I-9 do mesmo Decreto define que a área de implantação de um edifício é a *área de solo ocupada pelo edifício. Corresponde à área do solo contido no interior de um polígono fechado*, sendo assim evidente a não aplicabilidade do conceito ao tipo de estruturas que se pretende erigir.

Acresce informar que as demolições a efetuar totalizam uma **redução de área de implantação/área bruta de construção que totalizam 121,00 m²**, graças à atual sala elétrica que será demolida, conforme explanado nas peças desenhadas – vermelhos e amarelos. De esclarecer que, para este cálculo, não foram consideradas quaisquer demolições de equipamentos e componentes técnicos (condutas, transportadores, etc.), (ver peças desenhadas - Desenho nº1).

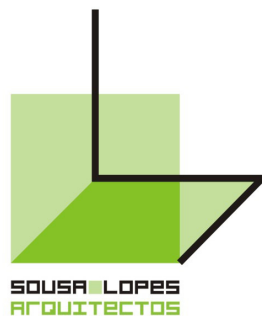
9.4. Dimensão vertical das estruturas a construir:

Para a execução do calcinador e da nova torre de ciclones, verifica-se a necessidade de aumentar a altura máxima da instalação atual, nomeadamente com um incremento de 32,59m (medida desde a cota 00.00 até ao topo da conduta de gases para o circuito da linha 6 – ver peças desenhadas/alçados).

Desse modo, esclarece-se da altura total que resulta das alterações pretendidas e considerando a cota 00.00 que consta do projeto:

- Conduta de gases para o circuito da linha 6: 105,40m;
- Estrutura metálica das escadas: 103,86m
- Nova torre de ciclones: 91,61m;
- Calcinador: 88,36m.

Este aumento de cércea justifica-se tecnicamente pelas exigências associadas à modernização da torre de pré-aquecimento da Linha 6, cuja conceção remonta ao final dos anos 60 e que se encontra atualmente desatualizada, mesmo após a remodelação ocorrida em 1986.



A intervenção proposta inclui, além da instalação de um novo calcinador, a **introdução de uma quinta etapa de ciclones** e a **construção de novos ciclones com geometria otimizada**, em substituição dos existentes. Esta atualização visa otimizar a dinâmica de fluídos, com destaque para a redução das perdas de carga, o aumento do tempo de permanência dos gases e da matéria-prima, e a melhoria da eficiência das trocas térmicas entre os gases quentes e a matéria-prima.

Os sistemas de pré-aquecimento modernos integram ciclones de elevada eficiência, com **geometrias alongadas e ângulos de cone mais acentuados**, que proporcionam um escoamento mais eficiente dos gases e uma maior eficácia na separação das partículas sólidas. Esta evolução tecnológica permite um **aproveitamento térmico mais eficaz**, o que implica, inevitavelmente, um **maior desenvolvimento vertical da torre**. Adicionalmente, a inclusão de uma quinta etapa contribui para a **redução da necessidade de energia térmica**, otimizando o **rendimento global do sistema**.

Assim, o **aumento da altura da instalação** é consequência direta da **adoção de soluções mais eficientes e ambientalmente sustentáveis**, refletindo-se na **redução do consumo específico de energia térmica** e das **emissões de gases com efeito de estufa (GEE)** associadas ao processo de produção de clínquer.

9.5. Integração paisagística da nova torre de ciclones e calcinador:

Atendendo à dimensão vertical das novas estruturas a edificar — designadamente a nova torre de ciclones, o novo calcinador e as respetivas condutas — e ao facto de estas originarem um aumento da altura máxima da instalação atual (incremento de 32,59 m, conforme descrito no ponto anterior), foi elaborada uma modelação tridimensional (3D) com o objetivo de avaliar e ilustrar o impacto visual da intervenção na envolvente da fábrica (ver peças desenhadas - Desenho nº10).

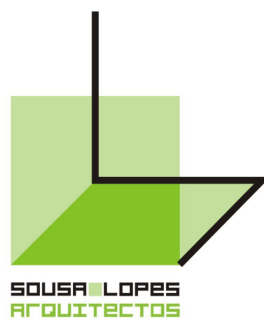
A modelação permite visualizar a implantação, volumetria e proporção das novas estruturas a partir de diferentes pontos da envolvente. Evidencia, de forma clara, a implantação e volumetria do novo calcinador, da nova torre de ciclones e das respetivas condutas, bem como da estrutura metálica de suporte, permitindo avaliar o seu impacto visual com base na comparação com elementos fabris já existentes.

A nova torre de ciclones será implantada de forma adjacente à torre de pré-aquecimento existente da Linha 6, a qual atinge atualmente uma altura de aproximadamente 77 metros, equivalente à cércea das condutas de by-pass. A nova torre atingirá uma altura de 91,61 metros (até ao último piso), sendo que as condutas de saída alcançarão uma cota máxima de 105,40 metros. Por comparação, outras estruturas fabris próximas, como os silos de cru, apresentam também cerca de 77 metros de altura.

Importa salientar que a nova torre de ciclones será uma estrutura metálica de conceção aberta, com características técnicas e visuais semelhantes às infraestruturas existentes, mas com menor densidade volumétrica, o que contribui para uma presença visual menos intrusiva na paisagem, sobretudo quando comparada com estruturas de maior massa edificada, como as atuais torres em betão armado ou os silos.

Refira-se ainda que as torres de pré-aquecimento das Linhas 5 e 6, atualmente em betão armado, serão demolidas até à cota de cerca de 19 metros, contribuindo para uma configuração final mais esbelta e integrada no conjunto fabril.

Por fim, sublinha-se que a fábrica de cimento da Maceira-Liz se encontra implantada no local desde o ano de 1923, sendo a presença de estruturas industriais de grande escala um elemento paisagístico consolidado e historicamente reconhecido pelas comunidades locais, para quem este tipo de elementos integra naturalmente a identidade visual do território.



9.6. Processo de construção previsto e materiais a utilizar:

Com exceção da nova sala elétrica, todas as construções previstas no âmbito do presente projeto de alterações compreendem um sistema construtivo ligeiro e desmontável, recorrendo a elementos metálicos para o efeito.

Como tal e conforme se explanou anteriormente, concetualmente o projeto pressupõe a construção de estruturas ligeiras destinadas à implementação de novos componentes essenciais ao funcionamento da instalação industrial preexistente.

Assim a paleta de materiais e o sistema construtivo proposto para esses elementos são naturalmente reduzidos, socorrendo-se apenas de elementos metálicos e de equipamentos mecanizados.

Relativamente à sala elétrica, o edifício irá compor-se de estrutura em betão armado (pilares + vigas + lajes), alvenarias em blocos de betão, cobertura plana revestida a lajetas de cimento, portas e portões em ferro pintado, escadas metálicas (estrutura em perfis HEB) e guarda-corpos em ferro pintado.

10. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS APLICÁVEIS

10.1. Plano Diretor Municipal de Leiria:

De acordo com o disposto no Regulamento do Plano Diretor Municipal de Leiria, a parcela de terreno em que se propõe intervir está inserida na seguinte classe e categoria de espaço, definidas nos termos do mesmo: **Solo Rústico – Espaços de Exploração de Recursos Geológicos** (artigo 36.º).

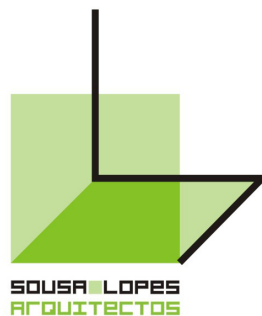
Atento ao disposto nos artigos 39.º e 40.º do Regulamento do PDM, **a alteração agora proposta enquadra-se positivamente nas disposições** aí contidas, tratando-se inclusive de demolições e alterações a preconizar em estruturas/edifícios preexistentes.

Acresce evidenciar que o conceito subjacente ao projeto aqui apresentado pressupõe a adoção de medidas de incremento da eficiência energética/ambiental desta unidade fabril, pelo que se verifica existir enquadramento do mesmo no estipulado no artigo 40.º-C do RPDM.

Cumulativamente ao elencado anteriormente, verifica-se que **o projeto apresentado encontra compatibilidade com as disposições que constam dos artigos 70.º e 71.º**, onde se estipula o regime de edificabilidade para os Espaços de Exploração de Recursos Geológicos.

Uma vez que o projeto CCL constitui um conjunto de alterações e de substituição de instalações e equipamentos existentes, na sua maioria amovíveis, dentro do perímetro fabril consolidado da Fábrica SECIL Maceira-Liz, **não haverá uma grande influência nos coeficientes específicos de ocupação do solo nem nos parâmetros urbanísticos exigidos pelo PDM** e aplicáveis à fábrica, evidenciando-se somente a nova área de implantação/a.b.c que decorre da nova sala elétrica.

Decorrente das supracitadas alterações agora propostas, verificam-se consequentemente novos valores nas áreas globais do conjunto fabril em causa (implantação/a.b.c), sendo que sobre este aspeto remete-se para o esclarecimento em detalhe que consta do Quadro Sinóptico integrante da presente Memória Descritiva.



10.2. Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.):

Verifica-se que uma porção da parcela de terreno está abrangida pela servidão administrativa referente a Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.), nomeadamente na tipologia *Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos*.

Não obstante a existência da servidão supracitada, importa salientar que **o projeto não prevê a ocupação de qualquer área natural abrangida por essa servidão**. Porquanto **todas as estruturas a erigir serão executadas em áreas já atualmente utilizadas para fins industriais**, integrantes do perímetro fabril.

Mais se verifica que a quase totalidade dos elementos a construir não implicam uma ocupação efetiva do solo, mesmo que já atualmente impermeabilizado, uma vez que se tratam de estruturas ligeiras que carecem meramente de apoios pontuais ao nível do solo (pilares) para efeitos de estabilidade, não existindo assim a construção efetiva de edifícios.

Sobre esse aspeto e no que se reporta especificamente ao **edifício da sala elétrica**, o mesmo irá ocupar uma porção de terreno inserida no perímetro da atividade fabril, já utilizada atualmente para fins industriais e sem contemplar uma ocupação de solos naturais detentores de características especiais de proteção, no âmbito da REN.

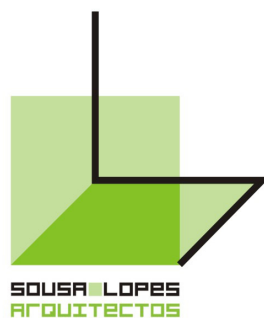
De igual modo, a área a pavimentar com cerca de 500 m² para a instalação do equipamento *Secador de Combustíveis Alternativos* e dos respetivos equipamentos associados encontra-se também inserida no perímetro de atividade fabril, já utilizada atualmente para fins industriais, e não corresponde a uma zona de solo natural detentora de características especiais de proteção, no âmbito da REN.

Em termos do enquadramento da pretensão no disposto no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – RJREN, constata-se que o Anexo II, a que se refere o artigo 20.º, define os usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN.

Assim e verificado o RJREN em cruzamento com o projeto que se pretende efetivar, conclui-se que **a proposta aqui em presença não configura uma intervenção de que resulte qualquer implicação física com solos abrangidos pela REN**.

Independentemente do elencado anteriormente, mais se acrescenta que a área a intervencionar está parcialmente abrangida pela classificação de “Área Cativa” e de “Área de Reserva” de “Recursos Geológicos” nos termos do PDM de Leiria e do Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais-Pedreiras. Assim e considerando o regulamentado no referido RJREN, **existe compatibilidade entre a pretensão e a aptidão construtiva proporcionada pela alínea e), n.º 1, do Anexo II – Ampliação de edificações existentes destinadas a usos industriais e de energia e recursos geológicos**.

Para efeitos de fundamentação técnica da compatibilidade do uso pretendido com a REN, incluindo a área destinada à implantação do Secador de Combustíveis Alternativos, foi elaborado o documento de apoio intitulado “*Fábrica Maceira_Uso compatível REN*”, que acompanha o presente PIP e integra os respetivos elementos instrutórios. (Anexo XXI – Fábrica Maceira – Uso compatível REN)



10.3. Perigosidade de Incêndios Florestais:

Na análise da Planta de Condicionantes do PDM de Leiria, verifica-se que o off-set de 50 metros, considerado a partir do limite da zona de implantação dos novos equipamentos, intersesta parcialmente uma área classificada como de “Perigosidade Muito Alta de Incêndios Florestais” (ver peças desenhadas “Novo Secador de Combustíveis Alternativos – Planta Implantação sobre Levantamento Topográfico - Desenho nº1”).

Esta área corresponde a uma cortina arbórea localizada junto ao caminho de acesso à pedreira, inserida na parcela com o n.º de matriz 7116, propriedade da SECIL. Embora situada no interior da propriedade da empresa, esta zona será objeto de intervenção preventiva por parte da SECIL.

Com o objetivo de garantir a segurança das infraestruturas industriais e assegurar a conformidade com o regime jurídico aplicável à defesa da floresta contra incêndios, a SECIL procederá ao corte da vegetação existente, garantindo a implementação de uma faixa de gestão de combustível com 50 metros de largura, em conformidade com a legislação em vigor.

11. PARECERES DE ENTIDADES EXTERNAS

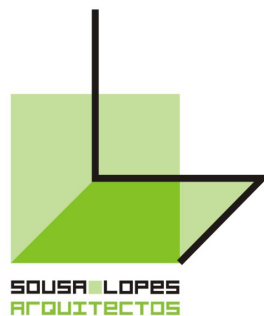
O projeto de alteração da Fábrica Maceira-Liz foi objeto de candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), conforme AVISO Nº02/C11-I01/2022, com o número 406. O parecer do IAPMEI, publicado em julho de 2023, conclui que a candidatura se enquadra no âmbito da Componente 11 Descarbonização da Indústria, do PRR e cumpre os critérios de admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e do projeto, expressos no Regulamento do Sistema de Incentivos «Descarbonização da Indústria», publicado em anexo à Portaria n.º325-A/2021, de 29 de dezembro e no Aviso n.º 02/C11-I01/2022, pelo que foi considerado elegível com um subsídio atribuído de 25,573 k€ (montante final confirmado em 13 de Fevereiro de 2024).

Em fevereiro de 2024 foi submetido processo LUA (PL20240223001792 (Origem SIR - FE 124227) com estudo ambiental para análise caso a caso para decisão pelas entidades competentes sobre a necessidade de processo de avaliação de impacto ambiental ao abrigo do DL 151-B/2013 do projeto de alteração CCL Maceira, bem como análise caso a caso para decisão no âmbito do regime de prevenção de acidentes graves (RPAG) ao abrigo do DL 150/2015.

Na sequência da análise dos elementos apresentados do projeto CCL Maceira foi recebido o parecer da APA, no âmbito do regime de prevenção de acidentes graves (RPAG) ao abrigo do DL 150/2015, (COMUNICAÇÃO INTERNA nº: I009172-202406-DAIA.DPP, de 24/06/2024), incluído no Anexo XVIII do presente documento, que conclui *“Tendo por base a análise da informação inscrita na simulação n.º SA20240223007540, que deu origem ao processo supramencionado, suportada no documento “Critérios para a definição de alteração substancial no âmbito do regime jurídico de prevenção de acidentes graves”, disponibilizado no sítio eletrónico desta agência, considera-se que a alteração não configura uma “alteração substancial” na aceção do artigo 25.º do DL 150/2015.”*

No âmbito do regime de avaliação de impacto ambiental ao abrigo do DL 151-B/2013, foi recebido ofício da CCDR-Centro (UACNB-DL 1088/2024 Proc: ITR_2007_0074_100913) de 19/7/2024, concluindo que se concorda com as conclusões retiradas com estudo apresentado na sua generalidade, contudo é considerado, no que concerne a emissões gasosas e qualidade do ar, que as conclusões são excessivamente vagas decidindo-se que o projeto deveria ser sujeito a AIA.

A CCDR-Centro suportou a decisão referindo que: *“efetivamente, não é apresentada qualquer quantificação dos poluentes emitidos antes e após alteração, tal como se entende ser exigível para retirar qualquer conclusão”,* entendendo esta entidade: *“... que a substituição de combustíveis fósseis por resíduos (cujo consumo aumentará de 18*



t/h para 20,5 t/h) não resultará obrigatoriamente na diminuição da emissão de poluentes”, fazendo especificamente referência: “... que não está garantido, bem pelo contrário, que as emissões de óxidos de enxofre decorrentes da implementação do projeto sejam reduzidas”.

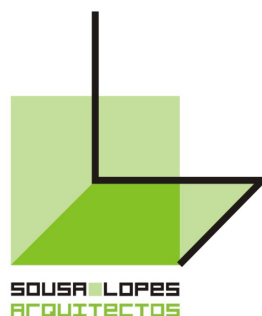
A CCDR-Centro, refere ainda no seu ofício que “...o projeto contempla aspetos que se considera, à priori, terem efeitos positivos sobre as emissões (no sentido da sua redução), nomeadamente pela redução de utilização de combustíveis fósseis - coque de petróleo - que será parcialmente substituído por hidrogénio verde (10%)”.

Face a estas observações, foi adicionado ao projeto CCL Maceira um sistema de alta eficiência especificamente para tratar o poluente SO₂ das emissões gasosas, integrando no projeto um elemento adicional de prevenção da poluição. Com esta alteração relevante, o projeto foi submetido novamente para apreciação caso a caso, em 26 de outubro de 2024: processo LUA identificado com o número PL20241025009518 (Origem SIR – Formulário de Enquadramento FE 128163).

Na sequência da análise dos elementos apresentados, foi recebido o ofício da CCDR-Centro (Secil_Decisao_CAC), datado de 29/11/2024 e incluído no Anexo XX deste documento, referente à Análise Prévia e à Decisão de Sujeição a AIA. O ofício apresenta a seguinte decisão: *'Da análise efetuada, verifica-se que o projeto em questão não é suscetível de provocar impactos significativos no ambiente, pelo que, enquanto Entidade Coordenadora do Licenciamento, se emite decisão de não sujeição do projeto a procedimento de AIA.'*

Em setembro de 2024, o projeto CCL Maceira obteve da AICEP deferimento de reconhecimento de estatuto de Potencial Interesse nacional (PIN) com o número 313, de acordo com o Decreto-Lei n.º 154/2013 de 5 de novembro, conforme ofício (ref.ª DCCPIN2024/PIN313/ENV.LXA/MOS/EV/ARO de 30/09/2024) incluído no Anexo XIX do presente documento. Salienta-se que a decisão foi sustentada por pareceres favoráveis de todas as entidades competentes participantes com direito de voto, nomeadamente APA, Câmara Municipal de Leiria, CCDR-C, DGEG, IAPMEI, ICNF, e Turismo de Portugal, fundamentando-se nas seguintes considerações:

- a) O Investimento previsto é de aproximadamente 62,89M€
- b) A criação de 13 novos postos de trabalho diretos
- c) A idoneidade e credibilidade do promotor
- d) A comprovada viabilidade económica do modelo projetado
- e) A suscetibilidade de sustentabilidade ambiental e territorial, nos termos dos pareceres anexados
- f) Impacto positivo em pelo menos três dos domínios de avaliação, em particular no que respeita à 1) produção de bens e serviços transacionáveis de carácter inovador que lhes confira vantagem competitiva no mercado global, 2) introdução de processos tecnológicos inovadores ou desenvolvidos em colaboração com entidades reconhecidas do sistema científico e tecnológico e 3) eficiência energética ou favorecimento de fontes de energia renováveis.



12. JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES TÉCNICAS E DA INTEGRAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA OPERAÇÃO

A paisagem envolvente à Fábrica SECIL Maceira-Liz é predominantemente rural com declives ligeiros, estando a fábrica perfeitamente “encaixada” entre os aglomerados de Maceira, A-do-Barbas e A-dos-Pretos, para além das explorações de inertes existentes a Norte a Sul da unidade fabril.

Esta implantação, aliada à vegetação envolvente à fábrica, permite reduzir significativamente a visualização da maioria das infraestruturas desta unidade.

Em termos construtivos, conforme já atrás evidenciado na descrição do projeto que constitui o projeto CCL, as soluções integram-se perfeitamente na tipologia e na natureza fabril das instalações existente da Fábrica SECIL Maceira-Liz.

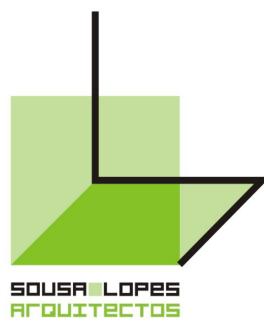
Conforme também evidenciado anteriormente, todas as alterações a construir incidem apenas dentro do perímetro fabril da fábrica e consistem em estruturas sobretudo metálicas e amovíveis, de forma a suportar os novos equipamentos e infraestruturas, sendo que em parte são substituição dos existentes.

O projeto CCL prevê assim a instalação de um conjunto de equipamentos industriais dentro do perímetro consolidado da fábrica, o que não irá alterar sobremaneira a natureza e o aspeto arquitetónico atual da instalação fabril e não terá impactes visuais significativos na paisagem em relação à situação atual, conforme referido em 9.5.

13. ENQUADRAMENTO FORMAL E FUNCIONAL COM A ENVOLVENTE, INCLUINDO VIA PÚBLICA E INFRAESTRUTURAS OU EQUIPAMENTOS AÍ EXISTENTES

Todas as intervenções de construção a executar com o projeto CCL incidirão dentro do perímetro fabril e terão um adequado relacionamento formal e funcional com as instalações existentes, uma vez que se trata da substituição de um conjunto de equipamentos fabris com alterações de algumas instalações existentes.

A execução do projeto de alteração não terá implicação na envolvente exterior nem com a via pública, nem com as infraestruturas ou equipamentos aí existentes.



14. QUADRO SINÓPTICO

Conforme descrito, a operação urbanística a realizar constitui um conjunto de alterações e substituição de instalações e equipamentos fabris existentes, na sua maioria amovíveis, a realizar dentro do perímetro fabril consolidado, existindo as seguintes alterações relativamente à área total de implantação e área bruta de construção:

	Existente (*)	Proposta	Diferença
Área total da parcela registada (m ²)	251.250,00m ²	Sem alteração	-
Área permeável (m ²)	64.462,00 m ²	63.623,87m ²	- 838,13 m ²
Área impermeabilizada (m ²)	186.788,00m ²	187.626,13 m ²	+ 838,132 m ²
Área coberta (m ²)	66.128,00 m ²	66.520,20 m ²	+ 392,20m ²

(*) Nota justificativa da atualização de áreas:

Os valores agora apresentados relativamente à área permeável, área impermeabilizada e área coberta decorrem de uma **atualização com base no levantamento topográfico realizado no âmbito do presente projeto**, que permitiu **corrigir imprecisões existentes nas áreas anteriormente indicadas**. Trata-se de uma **revisão técnica dos dados**, sem que tenha ocorrido qualquer alteração física nas superfícies em causa.

Nota final:

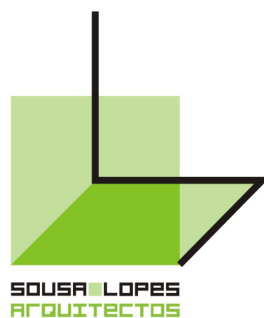
Em tudo o mais omissa respeitar-se-ão as boas regras de normas da construção, bem como os regulamentos e posturas das respetivas entidades quer relativas ao licenciamento administrativo da operação urbanística, quer no que se reporta ao enquadramento no normativo legal aplicável no âmbito da edificação pretendida, e mais especificamente no que se refere aos restantes parâmetros, usos e atributos que compõem esta unidade fabril, nada mais existe a acrescentar, retificar e/ou retirar.

Caldas da Rainha, 3 de julho de 2025

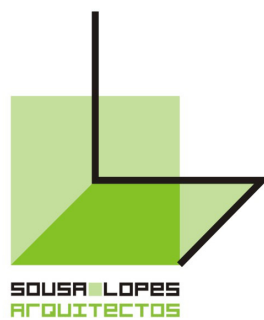
O arquitecto,

Assinado por: **RICARDO NOGUEIRA DE SOUSA LOPES**
Num. de Identificação: 11123666
Data: 2025.07.03 14:35:36+01'00'

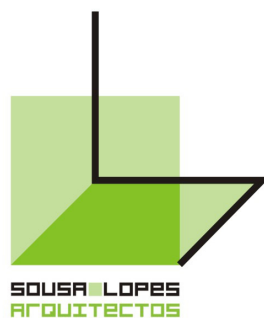
(Ricardo Nogueira de Sousa Lopes)



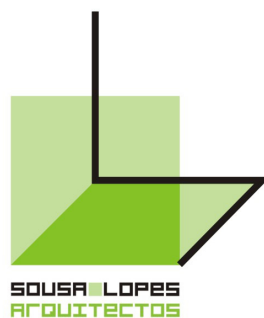
ANEXO I – TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL - TUA20210114000015



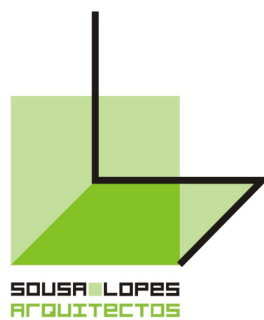
ANEXO II – LICENÇA AMBIENTAL N.º 165/1.0/2016



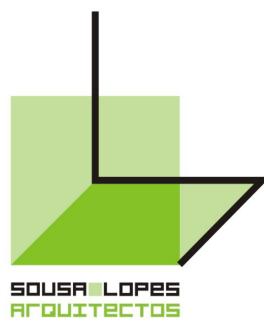
ANEXO III – TÍTULO DIGITAL DE ALTERAÇÃO E EXPLORAÇÃO N.º 368/2021-1



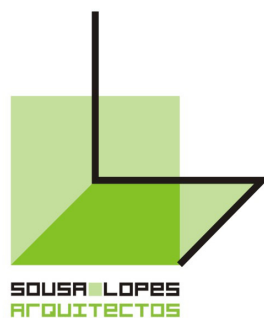
ANEXO IV – LICENÇA CAMARÁRIA



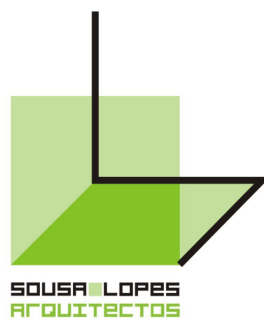
ANEXO V – LICENÇA CAMARÁRIA



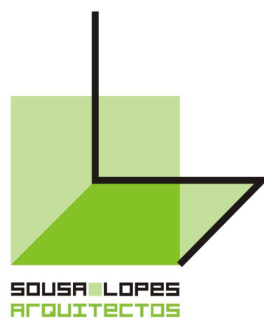
ANEXO VI – LICENÇA CAMARÁRIA



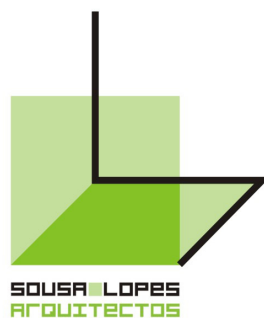
ANEXO VII – LICENÇA CAMARÁRIA



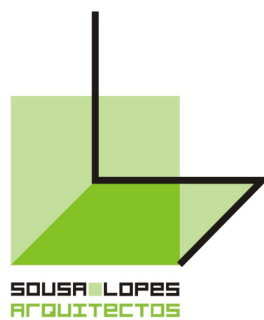
ANEXO VIII – LICENÇA CAMARÁRIA



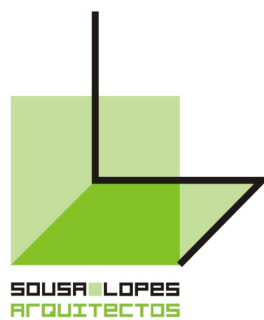
ANEXO IX – LICENÇA CAMARÁRIA



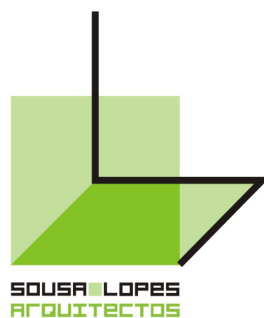
ANEXO X – LICENÇA CAMARÁRIA



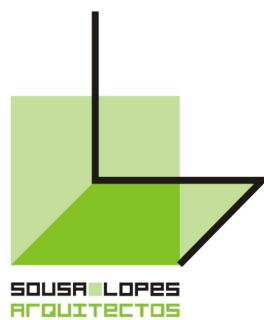
ANEXO XI – LICENÇA CAMARÁRIA



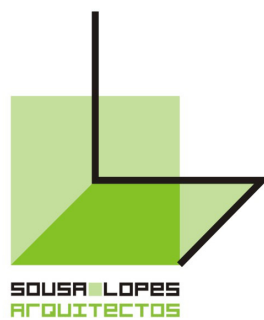
ANEXO XII – LICENÇA CAMARÁRIA



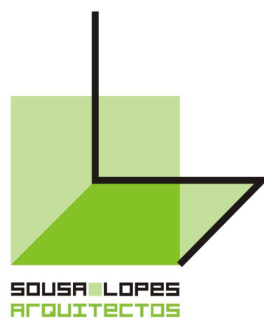
ANEXO XIII – LICENÇA CAMARÁRIA



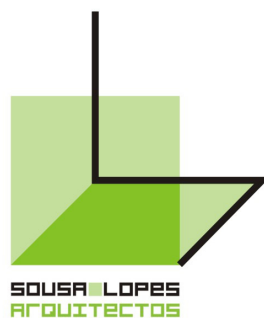
ANEXO XIV – LICENÇA CAMARÁRIA



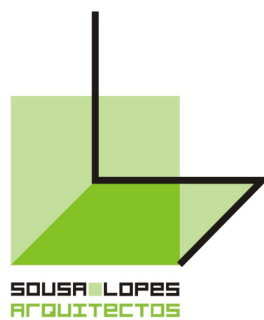
ANEXO XV – LICENÇA CAMARÁRIA



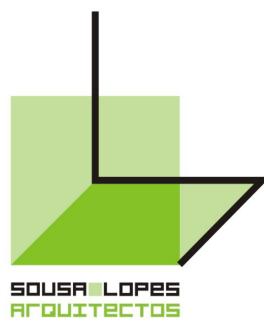
ANEXO XVI – LICENÇA CAMARÁRIA



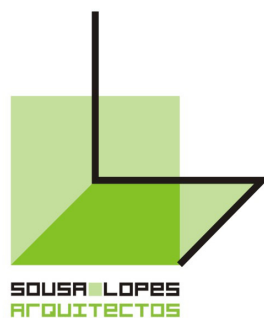
ANEXO XVII – LICENÇA CAMARÁRIA



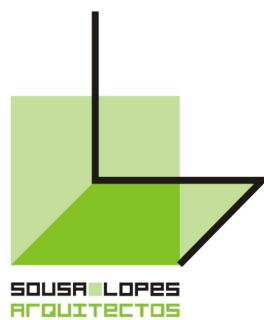
ANEXO XVIII – PARECER DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE



ANEXO XIX – PARECER AICEP



ANEXO XX – PARECER CCDR CENTRO



ANEXO XXI – FABRICA MACEIRA – USO COMPATÍVEL REN

DECISÃO GLOBAL

em razão da localização

(consultas no âmbito do artigo 13.º-A do RJUE)

Requerimento: LRA2025/00101

Nossa referência
UOT-DGT 659/2025

ASSUNTO: LRA2025/00101

Alteração parcial de edifícios preexistentes no complexo industrial, em propriedade sita em Maceira-Liz, freguesia de Maceira, concelho de Leiria.
Requerente: SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, Lda.
LEIRIA/Leiria

Relativamente ao assunto em epígrafe, o gestor do procedimento da Câmara Municipal de Leiria indicou que deveriam ser consultadas, em razão da localização, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, IP (**CCDR**, IP), no âmbito da Reserva Ecológica Nacional, a Direção Geral de Energia e Geologia (**DGEG**), no âmbito da servidão relativa aos recursos geológicos, a Autoridade Nacional de Aviação Civil (**ANAC**) no âmbito da servidão relativa à zona de proteção do Aeródromo José Ferrinho e a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional (**DGRDN**), no âmbito de servidão militar.

Nessa conformidade, esta CCDR, IP, enquanto entidade coordenadora, procedeu, através do Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (SIRJUE), às referidas consultas nos termos do artigo 13.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), publicado pelo DL n.º555/99, de 16/12, na redação atual.

- A **CCDR**, IP, enquanto entidade consultada no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), aprovado pelo DL n.º166/2008, de 22/08, na redação atual, considerou que não é possível concluir a análise, dado que “o requerimento não se encontra instruído com os elementos previstos nas subalíneas v) e ix) da alínea a) do Anexo III da Portaria n.º419/2012, de 20/12, pelo que deverão ser apresentados os seguintes elementos na área afeta à REN:
 - Demonstração da não afetação significativa da estabilidade ou do equilíbrio ecológico do sistema biofísico e dos valores naturais, no que concerne à salvaguarda das funções das áreas de REN em presença, definidas no n.º3 da alínea d), da secção II do Anexo I do RJREN: Áreas estratégicas de infiltração e

de proteção e recarga de aquíferos (definida na alínea d) da secção II do Anexo I do citado RJREN):

- “i) Garantir a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos;
- ii) Contribuir para a protecção da qualidade da água;
- iii) Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio;
- iv) Prevenir e reduzir os efeitos dos riscos de cheias e inundações, de seca extrema e de contaminação e sobreexploração dos aquíferos;
- (...)
- vii) Assegurar condições naturais de receção e máxima infiltração das águas pluviais nas cabeceiras das bacias hidrográficas e contribuir para a redução do escoamento e da erosão superficial.”

- Apresentação de certidão emitida pela Câmara Municipal de Leiria, onde conste as áreas de implantação das edificações e área de impermeabilização que compõem o complexo industrial, e se estas se encontram devidamente licenciadas, ou não careciam de licença à data da sua construção, devidamente acompanhada por planta de implantação certificada pelo município;
 - Relativamente ao edifício n.º10 (secador de combustíveis alternativos), deverá ser apresentada informação relativa às características de permeabilidade do terreno, eventuais ações de mobilização do solo. Devem ainda ser apresentados elementos desenhados, planta, cortes e alçados, especificamente sobre o referido equipamento;
 - Apresentação de planta de implantação, sobreposta com as diferentes áreas a que se referem as autorizações apresentadas no presente requerimento”.
- A **DGEG**, emitiu **parecer favorável** relativamente à pretensão, “não tendo nada a opor no âmbito do licenciamento de pedreira, às construções/ampliações/alterações do estabelecimento industrial”.
 - A **ANAC**, concedeu **parecer favorável, condicionado**, dado que “a presente pretensão é similar à pretensão do processo LRA2025/00100, mantendo-se, assim, o mesmo parecer favorável condicionado, a que a parte da construção com a altura superior a 100 m disponha de balizagem aeronáutica (diurna e noturna), bem como o cumprimento dos

requisitos já mencionados na INFORMAÇÃO Nº DIN/DIA - 2025/0286 de 01-04-2025 (Portal SIRJUE - LRA2025/00100)". Em anexo junta-se o parecer emitido no requerimento LRA2025/0100.

- A **DGRDN**, não se pronunciou no prazo fixado no n.º3 do artigo 13.ºA do RJUE, no presente requerimento, tendo, no entanto emitido parecer no requerimento LRA2025/00100, sobre o mesmo assunto e localização, pelo que se transcreve a mesma conclusão de que **não há lugar a parecer**, dado "que o projeto em questão não se encontra abrangido por qualquer Servidão de Unidades afetas à Força Aérea". Em anexo junta-se o parecer emitido no requerimento LRA2025/0100.

Neste contexto, informa-se que, para os efeitos previstos no artigo 13.º-A do RJUE, **não estão ainda reunidas as condições** para a CCDRC, IP, enquanto entidade coordenadora, emitir decisão global em relação à pretensão, por falta de elementos necessários à sua apreciação por parte da **CCDRC, IP**.

Assim, poderá o município apresentar novo requerimento, indicando para consulta a **CCDRC, IP, DGEG e ANAC**, adicionando os elementos solicitados pela **CCDRC, IP** nas peças processuais, sendo que em relação à **DGEG** e à **ANAC**, desde que se mantenham os mesmos pressupostos da pretensão, poderá ser disponibilizado no respetivo campo os pareceres já emitidos e, no campo "resultado" ser indicado o sentido "favorável" e "favorável condicionado", respetivamente.

O Vice-Presidente

Eduardo Anselmo
Moreira Fernandes de
Castro

Assinado de forma digital por
Eduardo Anselmo Moreira
Fernandes de Castro
Dados: 2025.04.07 21:27:21 +01'00'

(Professor Eduardo Anselmo de Castro)

Delegação competências - Deliberação n.º 445/2024, de 09/04, DR 2.ª série

ANEXOS

PARECER

DESPACHO

Visto. Concorde. Emita-se parecer favorável condicionado, a que a parte da construção com a altura superior a 100 m disponha de balizagem aeronáutica (diurna e noturna), bem como o cumprimento dos requisitos mencionados.

Assinado por: **RUTE CASTRO LOPO RAMALHO**

Num. de Identificação: 10272778

Data: 2025.04.01 20:25:23+01'00'

Rute Ramalho

Diretora da Direção de Infraestruturas e Navegação Aérea

INFORMAÇÃO Nº DIN/DIA - 2025/0286

01-04-2025

ASSUNTO: Servidões Aeronáuticas / Portal SIRJUE - LRA2025/00100

SIRJUE	Câmara Municipal de Leiria	
	Data de Entrada:	05-03-2025
	Requerente:	SECIL - COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A.
	Procedimento:	Informação Prévia

O requerimento LRA2025/00100 efetuado por SECIL - COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A., constante no Portal do Sistema de Informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (SIRJUE), refere-se a um pedido de informação prévia relativo à obra de alteração parcial de edifícios preexistentes no complexo industrial SECIL Maceira-Liz, sito na freguesia de Maceira, concelho de Leiria.

O local não se encontra abrangido por qualquer servidão aeronáutica civil, zona de proteção de infraestruturas aeronáuticas civis certificadas, pistas para ultraleves aprovadas pela ANAC e "pontos de scooping". No entanto, da análise efetuada ao projeto, verificou-se que na alteração pretendida há uma parte da construção (condutas de gases para o circuito da linha 6) com uma altura superior a 100 m

Uma vez que não se verifica interferência com servidões aeronáuticas particulares, e tendo em atenção que a parte da construção com uma altura superior a 100 m, referida anteriormente, se constituirá como obstáculo à navegação aérea, haverá a necessidade da sua balizagem aeronáutica (diurna e luminosa), em conformidade com descrito na CIA n.º 10/03, de 6 de maio, "LIMITAÇÕES EM ALTURA E BALIZAGEM DE OBSTÁCULOS ARTIFICIAIS À NAVEGAÇÃO AÉREA".

Informa-se também que deverão ser submetidos à aprovação desta Autoridade os procedimentos específicos de exploração relativos à alimentação de socorro ou à monitorização remota das balizagens, dessa parte da construção, tendo em vista assegurar o seu permanente bom estado e bom funcionamento.

Deverá igualmente ser dado conhecimento ao prestador de serviços de informação aeronáutica, NAV PORTUGAL, E.P.E., através do seguinte contacto – NAV, E.P.E., Serviço de Informação Aeronáutica – NOF, lppt.com.nof@nav.pt, Tel. 218 553 342 (gravado H24), do início da instalação das “*condutas de gases para o circuito da linha 6*”.

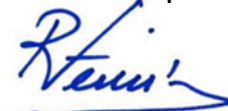
Acrescentamos que uma vez terminada a instalação das respetivas condutas:

1. Deverá ser efetuado um levantamento final para recolha dos dados do obstáculo e os mesmos comunicados ao prestador de Serviços de Informação Aeronáutica, NAV PORTUGAL, E.P.E. – DESICA, desica@nav.pt, telefone: 218553506, no formato e forma que cumpra as especificações legais em vigor e com conhecimento à ANAC. Este levantamento constituirá a base para publicação da informação nos manuais de informação aeronáutica. (Aeronautical Information Package (AIP) e Manual VFR).
2. A recolha dos dados do obstáculo no levantamento final é de importância fundamental e para tal o proprietário/operador do obstáculo deverá garantir e proceder em conformidade com o estabelecido em:
 - a) REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2020/469 DA COMISSÃO, de 14 de fevereiro de 2020 que altera o Regulamento (UE) n.º 923/2012, o Regulamento (UE) n.º 139/2014 e o Regulamento (UE) 2017/373 no que respeita aos requisitos aplicáveis aos serviços de gestão do tráfego aéreo/de navegação aérea, à conceção das estruturas do espaço aéreo e à qualidade dos dados, à segurança da pista, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 73/2010, e nas seguintes CIA disponíveis para consulta no site da ANAC.
 - b) CIA ANAC 40/2013: Formação do pessoal das entidades abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 73/2010 da Comissão, de 26 de janeiro, encarregado das tarefas de fornecimento de dados aeronáuticos ou de informação aeronáutica no Céu Único Europeu.
 - c) CIA ANAC 09/2015: Credenciação de segurança para o pessoal das entidades abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 73/2010 da Comissão, de 26 de janeiro, encarregado das tarefas de fornecimento de dados aeronáuticos ou de informação aeronáutica no Céu Único Europeu.
 - d) CIA ANAC 04/2018 – Estabelecimento de acordos formais entre os originadores de dados aeronáuticos e informação aeronáutica e o prestador de serviços de informação aeronáutica.
3. A entidade responsável pelo obstáculo deverá comunicar prontamente à ANAC as alterações supervenientes, tais como:
 - a) Avaria de sinalização luminosa e sua respetiva reparação;

- b) Modificações relevantes das sinalizações;
 - c) Remoção do obstáculo;
 - d) Outras modificações relevantes que possam ocorrer.
4. No caso de avaria da sinalização luminosa considera-se que o operador do obstáculo como pessoa apropriada para solicitar emissão de um aviso, dessa mesma condição. Deste modo o operador deverá requerer a emissão de um NOTAM através do prestador de serviços de informação aeronáutica através do seguinte contacto NAV, E.P.E., Serviço de Informação Aeronáutica – NOF, lppt.com.nof@nav.pt, Tel. 218 553 342 (gravado H24), disponibilizando os seguintes dados:
- a) Nome do parque eólico (como definido na AIP/Manual VFR);
 - b) Identificação dos mastros com iluminação afetada (como identificados na AIP/Manual VFR);
 - c) Data esperada para estabelecimento do funcionamento normal;
 - d) Número de contato telefónico do responsável.

Assim, e face ao exposto, propõe-se um parecer favorável condicionado, a que a parte da construção com a altura superior a 100 m disponha de balizagem aeronáutica (diurna e noturna), bem como o cumprimento dos requisitos mencionados.

O Técnico Superior



Luís Ferreira

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra

SUA REFERÊNCIA
LRA2025/00100

NOSSA REFERÊNCIA
N.º: 2061/ DPTM-AF
DATA: 2 de abril de 2025

ASSUNTO: Pedido de informação prévia sobre a viabilidade da obra de alteração de edifícios preexistentes no complexo industrial SECIL Maceira-Liz, sito na freguesia de Maceira, concelho de Leiria.

Na sequência do requerimento em referência e no que concerne ao pedido de informação prévia sobre a viabilidade da obra de alteração de edifícios preexistentes no complexo industrial SECIL Maceira-Liz, sito na freguesia de Maceira, concelho de Leiria, requerido por *Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.*, remete-se, em anexo, a decisão proferida por Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, nos termos da alínea b) do n.º 1, do Despacho de Delegação de Competências n.º 6702/2024, de 14 de junho.

Com os melhores cumprimentos e *elevada consideração*,

Cristina Pinto

Cristina
a Pinto

Assinado de
forma digital por
Cristina Pinto
Dados:
2025.04.02
12:41:23 +01'00'

Subdiretora-Geral

(em suplência do Sr. Diretor-Geral)

Anexo (s):

A. Decisão do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
FORÇA AÉREA
Gabinete do Chefe do Estado-Maior

Em resposta

refira: 27.MAR.2025 * SAI_FAP/2025/3140

P.º: 45/25

Para: Exmo. Senhor
Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Ministério da Defesa Nacional

Assunto: **PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE A VIABILIDADE DA OBRA DE ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIOS PREEXISTENTES NO COMPLEXO INDUSTRIAL SECIL MACEIRA-LIZ, FREGUESIA DE MACEIRA, CONCELHO DE LEIRIA (LRA2025/00100) (IDP 116072)**
(DI 60.310/25)

Ref.ª: V/ Ofício n.º 1477, de 07 de março de 2025

Relativamente ao assunto em epígrafe, e face aos elementos submetidos a apreciação a coberto do ofício em referência, em que a empresa SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimentos, SA solicita informação prévia sobre a viabilidade de alteração de edifícios preexistentes no complexo industrial SECIL Maceira-Liz, sito na freguesia de Maceira, concelho de Leiria, encarrega-me S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de informar V. Ex.ª que o projeto em questão não se encontra abrangido por qualquer Servidão de Unidades afetas à Força Aérea, pelo que não há inconveniente na sua concretização.

Com os melhores cumprimentos

P'lo Chefe do Gabinete

Assinado por: **PEDRO MIGUEL DIAS CARDOSO**

Num. de Identificação: 13807087

Data: 2025.03.27 13:42:35+00'00'

O CHEFE DO GABINETE



Rui Manuel de Jesus Romão
Major-General Piloto Aviador



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Número: S01970-20240930-CA Data: 30/09/2024

Exma. Senhora
Dr.^a Ana Paula Leal Cordeiro da Costa
Representante da SECIL - Companhia
Geral de Cal e Cimento, S.A.
Estrada Nacional N10-4, Outão
2901 – 864 Setúbal

Ref.^a: DCCPIN2024/PIN313/ENV.LXA/MOS/EV/ARO

Lisboa, 19 de setembro de 2024

Assunto: Atribuição de estatuto PIN 313 – SECIL CCL

Tenho o prazer de comunicar a V. Ex.^a que a Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), em reunião realizada no dia 16 de setembro de 2024, deliberou reconhecer ao projeto de investimento SECIL CCL, a implementar no concelho de Leiria, o estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN), de acordo com o Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro.

A presente decisão fundamenta-se no facto de se verificar o preenchimento dos requisitos de elegibilidade patentes no n.º 1 do artigo 5.º e do n.º 3 do art. 6.º e, designadamente, devido às seguintes considerações:

- a) O investimento previsto é de aproximadamente 62,89 milhões de euros;
- b) A criação de 13 novos postos de trabalho diretos;
- c) A idoneidade e credibilidade do promotor;
- d) A comprovada viabilidade económica do modelo projetado;
- e) A suscetibilidade de sustentabilidade ambiental e territorial, nos termos dos pareceres em anexo;
- f) Impacto positivo em, pelo menos, três dos domínios de avaliação, em particular no que respeita à (1) produção de bens e serviços transacionáveis, de carácter inovador, que lhes confira vantagem competitiva no mercado global, (2) introdução de processos tecnológicos inovadores ou desenvolvidos em colaboração com entidades reconhecidas do sistema científico e tecnológico e (3) eficiência energética ou favorecimento de fontes de energia renováveis.

Tal como preceituado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro, a Câmara Municipal de Leiria participou na reunião na qual se deliberou a atribuição do estatuto PIN.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Número: S01970-20240930-CA Data: 30/09/2024

De entre as restantes entidades participantes com direito de voto, todas acolheram a vossa pretensão de classificação como PIN, aproveitando-se agora para partilhar em anexo as posições escritas da Câmara Municipal de Leiria, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P., IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação, Turismo de Portugal, I.P., Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P., Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e da Direção-Geral da Energia e Geologia.

As posições dos demais membros da CPAI foram expressas durante a reunião, pelo que não constam em anexo.

O projeto passa agora a ser acompanhado pela CPAI junto de todas as entidades responsáveis ou participantes na respetiva tramitação procedimental, em articulação com a AICEP, a qual foi designada como Gestora de Processo, nos termos do artigo 12.º do supracitado diploma.

Saliente-se que, não obstante o regime especial dos procedimentos administrativos aplicável aos projetos PIN, este reconhecimento não é constitutivo de direitos ou garantias, podendo, durante o acompanhamento pela CPAI dos procedimentos legais, resultar na inviabilidade do projeto em sede desses procedimentos.

Qualquer alteração do projeto, incluindo a modificação ou substituição do próprio promotor, que modifique os pressupostos em que se encontra fundamentada a presente decisão, deve ser comunicada ao Gestor de Processo no prazo de 15 dias, facto que determinará a reapreciação do estatuto.

Informamos que o requerimento ficou registado com o número 313, o qual agradecemos que seja utilizado em toda a correspondência futura sobre o assunto.

Com os melhores cumprimentos,

Madalena Oliveira e Silva,

Pela CPAI, a Administradora Executiva da AICEP

CC: Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dr. Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes



MUNICÍPIO DE LEIRIA · CÂMARA MUNICIPAL

À Agência para o Investimento e Comércio Externo de
Portugal

Exma. Senhora Ana Rita Azevedo de Oliveira

Ana.Rita.Oliveira@portugalglobal.pt

N.º de registo

N.º de ofício

Assunto [PIN 313] Receção de Candidatura a Reconhecimento PIN do Projeto "SECIL CCL"

Em resposta à solicitação de parecer sobre a candidatura de Potencial Interesse Nacional (PIN) apresentada pela SECIL CCL., a Câmara Municipal de Leiria após analisar a informação enviada, e dado que a alteração prevista incide apenas num upgrade tecnológico para incremento de eficiência no consumo energético e a introdução de hidrogénio verde como fonte energética, manifesta o parecer favorável.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador

(Com competência delegada na matéria cf. Despacho n.º 65/2022, de 15/06, publicitado pelo Edital n.º 100/2022, de 15/06)

Luís Manuel Silva Almolda Lopes
VEREADOR
11-09-2024

Assinatura Digital Certificada 1



PROJETO DE POTENCIAL INTERESSE NACIONAL (PIN) | PARECER

Apreciação instrutória preliminar do pedido de Reconhecimento do Estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN)

Designação do projeto: CCL (Clean Cement Line) Maceira

Requerente: SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.

N.º do processo: 2610697

N.º do pedido: 268626/2024

Índice	Pág.
I. Enquadramento e breve caracterização do projeto	1
II. Apreciação instrutória preliminar	2
III. Avaliação dos parâmetros de elegibilidade do projeto, com foco na viabilidade económica e financeira	4
IV. Parecer	8

14

I – Enquadramento e breve caracterização do projeto

No dia **13 de agosto de 2024**, foi rececionado, na plataforma da CPAI, o requerimento da Empresa SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., com o número de processo **2610697 e de pedido 268626/2024**, para reconhecimento do Estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro, de um projeto de investimento que materializará o objetivo de redução das emissões de Gases Efeito de Estufa (GEE), por abolição da utilização de combustíveis fosseis, melhoria da eficiência energética e introdução da utilização de hidrogénio verde, na unidade produtiva localizada da Maceira - Leiria.

A empresa integra o universo do Grupo empresarial SECIL, que assenta a sua atividade na produção e comercialização de argamassas, prefabricados de betão e cal hidráulica, e que integra complementarmente, empresas dedicadas ao desenvolvimento de soluções no domínio da preservação do ambiente e a utilização de resíduos como fonte de energia.

O Grupo, tem três fábricas de cimento em Portugal Continental (Outão, Maceira-Liz e CIBRA-Pataias), duas no Brasil, uma no Líbano, uma na Tunísia e uma em Angola (só com moagens de cimento), com uma capacidade anual de produção de cimento superior a nove milhões de toneladas.

A SECIL marca ainda presença na Madeira, Espanha, Cabo Verde e Holanda, onde comercializa cimento e materiais de construção.

O Grupo dispõe de estruturas internas que apoiam as atividades de I&D e inovação Industrial - o Centro de Desenvolvimento de Aplicações de Cimento, do Laboratório de Qualidade e do Laboratório de Ambiente.

Este universo de empresas emprega 2 289 pessoas no conjunto de todas as áreas de atividade, 962 das quais em Portugal.

O investimento que assume o montante de 62.888.277,00€ e promoverá a adaptação de uma das duas linhas de produção de clínquer existentes (linha 6), para a utilização de hidrogénio verde como combustível substituto do petcoque ou carvão, e permitirá também um aumento significativo do consumo de combustíveis alternativos (CA's).

Este investimento foi objeto de candidatura à Medida do PRR Apoio à Descarbonização da Indústria (Cand: 406), tendo obtido decisão favorável, tendo já sido pagos 5.881.889,54€ a título de adiantamento.



II – Apreciação instrutória preliminar, do estrito ponto de vista do IAPMEI

	Cumpre Sim/Não
Avaliação da conformidade com o disposto nos pontos nº. 1 e 5 do artigo 5º:	
a) Contribuam para a criação ou a manutenção do número de postos de trabalho diretos;	Sim
b) Possuam comprovada viabilidade económica;	Sim
c) Sejam suscetíveis de adequada sustentabilidade ambiental e territorial;	Sim
d) Apresentem um impacto positivo em pelo menos três dos seguintes domínios:	
i) Instalação de uma base produtiva, com forte incorporação nacional, criadora de valor acrescentado bruto;	Não
ii) Produção de bens e serviços transacionáveis, de carácter inovador, que lhes confira vantagem competitiva no mercado global;	Sim
iii) Introdução de processos tecnológicos inovadores ou desenvolvidos em colaboração com entidades reconhecidas do sistema científico e tecnológico;	Sim
iv) Inserção nas estratégias de especialização inteligente da região e ou contribuição para a dinamização de territórios de baixa densidade económica;	Sim
v) Balanço económico externo, nomeadamente no aumento das exportações ou na redução das importações;	Não
vi) Eficiência energética ou favorecimento de fontes de energia renováveis;	Sim
vii) Efeitos de arrastamento em atividades a montante ou a jusante, particularmente nas pequenas e médias empresas.”	Sim
5 - Não são admitidos requerimentos de acompanhamento de projetos de investimento quando os respetivos projetos se encontrem dependentes de resultados de concursos públicos ou de resolução de litígios em que o Estado seja parte.	Sim
Avaliação da conformidade com o disposto no ponto n.º1 do artigo 6º:	
a) Representem um investimento global igual ou superior a 25 milhões de euros;	Não
b) Criem um número de postos de trabalho diretos igual ou superior a 50;	Não
c) Sejam apresentados por promotores de reconhecida idoneidade e credibilidade.”	Sim
Avaliação da conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 6º	
a) Atividade interna de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no valor de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa;	Sim
b) Forte componente de inovação aplicada, traduzida numa parte significativa da sua atividade ancorada em patente desenvolvida pela empresa;	Sim
c) Manifesto interesse ambiental;	Sim
d) Forte vocação exportadora, traduzida por um mínimo de 50% do seu volume de negócios dirigido ao mercado internacional;	Não
e) Produção relevante de bens e serviços transacionáveis.	Sim

Avaliação da conformidade com o disposto no ponto n.º 1 do artigo 7º:	
a) Descrição genérica do projeto, nomeadamente através da indicação da atividade económica, postos de trabalho diretos criados ou mantidos, localização prevista ou localizações alternativas, tecnologias envolvidas, produtos ou serviços prestados;	Sim
b) Estudos de viabilidade económica e outros necessários à demonstração da sustentabilidade do projeto, designadamente os respetivos planos de investimento e de financiamento;	Sim
c) Indicação se o projeto de investimento está sujeito aos regimes de responsabilidade ambiental, de prevenção e controlo integrados da poluição, de avaliação de impacte ambiental, da Rede Natura 2000, de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, de proteção do sobreiro e da azinheira e do regime florestal, nos termos da legislação aplicável;	1)
d) Autorizações, aprovações, licenças, pedidos de informação prévia ou pareceres relativos ao projeto, quando existam, bem como a indicação da calendarização do início dos procedimentos de sua iniciativa;	Sim
e) Documento que comprove a legitimidade do promotor quanto à utilização do imóvel onde se propõe desenvolver o projeto em causa;	Sim
f) Historial do projeto em matéria de procedimentos conducentes à respetiva aprovação, com indicação das entidades públicas contactadas relativamente a incentivos, licenciamento ou outros aspetos, em que datas e com que resultados, quando aplicável (Ver descritor infra)	Sim
Avaliação da conformidade com o disposto no ponto n.º1 do artigo 15º:	
a) Enquadramento do projeto na estratégia global da empresa;	Sim
b) Demonstração estimada dos resultados do projeto no triénio subsequente à conclusão do investimento;	Sim
c) Estudos com vista à avaliação da compatibilização da candidatura com os valores naturais presentes, designadamente com as áreas protegidas e com a Rede Natura 2000 e a caracterização dos principais impactes ambientais do projeto nos domínios da conservação da natureza, da água, do solo, dos resíduos e do ar, quando aplicável;	1)
d) Demonstração da ausência de soluções alternativas do projeto, caso existam probabilidades elevadas de o projeto afetar valores protegidos pelas Diretivas Comunitárias Aves e Habitats, quando aplicável;	
e) Demonstração da ausência de soluções alternativas do projeto, quando incida em terrenos submetidos ao regime florestal	
f) Síntese descritiva do enquadramento do projeto nos instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente planos municipais e especiais de ordenamento do território, bem como servidões ou restrições de utilidade pública que incidam sobre a área de intervenção;	
g) Extrato das plantas de ordenamento e de condicionantes dos planos municipais e planos especiais de ordenamento do território aplicáveis na área, com a sobreposição da área de implantação do projeto;	
h) Fundamentação da localização prevista, incluindo ortofotomapa e ou fotografia aérea e cartografia com a área de implantação do projeto e	1)



identificação clara e inequívoca do zonamento e usos propostos, designadamente zonas a edificar acessos, arruamentos, e zonas verdes, elementos que devem ser georreferenciados e enviados em formato shapefile (Projeção Hayford-Gauss IGEOE, Datum Lisboa - origem de Melriça) de tipo área, sempre que se trate de manchas.	
--	--

Legenda: 1) Competirá às demais entidades representadas na CPAI pronunciarem-se no âmbito das suas competências.

Avaliação da conformidade com o disposto no ponto n.º 1 do artigo 7º alínea f)

Da análise da documentação, nomeadamente da memória descritiva, constata-se que o projeto se foca essencialmente no seguinte:

- na adaptação/alteração da linha 6, dedicada à produção de clínquer, para a utilização de hidrogénio verde como combustível substituto do PET coque ou carvão;
- Esta alteração implicará igualmente um aumento significativo do consumo de combustíveis alternativos (CA's), tendo como objetivo final a abolição de combustíveis fósseis e consequente redução de emissões de CO₂;
- na redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

A alteração será localizada ao nível do processo produtivo com especial enfoque na torre de ciclones, forno e arrefecedor de clínquer.

Objetivos do Projeto:

- Substituição total de combustíveis fósseis por: 90% de combustíveis alternativos e 10% de Hidrogénio verde;
- Redução do consumo energético em 20,8%, o que corresponde a uma redução de cerca de 11976 tep entre 2019 e 2025;
- Redução das emissões de GEE em 30,3%, traduzida numa diminuição de 146 kgCO₂/t clínquer. Prevê-se que atinja valores de 0,547 tCO₂e/t clínquer, ou seja cerca de 21,0% abaixo do "benchmark" (0,693 tCO₂e/t clínquer cinzento de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2021/447).

As alterações pretendidas serão efetuadas nos equipamentos já existente nas instalações industriais da SECIL.

A empresa apresentou, na documentação, uma simulação de licenciamento para o exercício das seguintes atividades:

Código	Nome	Classificação
17212	Fabricação de outras embalagens de papel e de cartão	Secundário
23510	Fabricação de cimento	Principal
08910	Extração de minerais para a indústria química e para a fabricação de adubos	Secundário

4



concluindo-se que o enquadramento em regimes ambientais é:

Resultado

Regime	Regime nível 2	Taxas Licenciamento Independente	Taxas Licenciamento Integrado	Prazos (dias)	Entidade Licenciadora
AIA	Análise caso a caso	0.00	0.00	25	IAPMEI
CELE	Alteração substancial TEGEE	1116.42	837.32	30	APA
OTR-Vinculativo	Parecer	0.00	0.00	30	APA
PAG	Análise caso a caso	0.00	0.00	0	APA
PCIP	Alteração/Aditamento	1762.76	1322.07	30	APA

Da análise caso a caso no regime Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) a CCDR Centro em 18.07.2024, como entidade competente que autoriza o projeto, decidiu que a alteração pretendida ficaria sujeita a AIA.

A empresa, nos termos do nº 1 do artigo 163º e do nº 1 do artigo 168º do CPA, requereu, em 02.08.2024, à CCDR Centro a anulação da Decisão de sujeição a AIA do projeto de alteração CCL – “Clean Cemente Line”.

O estabelecimento da SECIL, alvo da pretensão em causa, é classificado na tipologia 1 cuja entidade coordenadora do licenciamento industrial é a CCDR.

Independentemente das decisões do AIA CAC e PAG CAC que vierem a serem tomadas pelas respetivas entidades competentes, o estabelecimento industrial continua a ser tipologia 1, sendo que os procedimentos de licenciamento podem vir a ser diferentes dependendo das referidas decisões.

Avaliação do cumprimento dos requisitos de instrução, do estrito ponto de vista do IAPMEI

De acordo com a informação disponível, considera-se que o projeto reúne, do ponto de vista do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., os requisitos instrutórios para ser objeto de análise e decisão.

III – Avaliação dos parâmetros de elegibilidade do projeto, com foco na viabilidade económica e financeira

Parâmetros a que se referem o n.º 2 do artigo 5º e o n.º 2 do artigo 6º	Cumprimento (Sim / Não) (Justificação)
1 - Comprovada viabilidade económica;	
a) Adequada sustentação dos pressupostos associados às receitas de exploração,	



nomeadamente, ao nível dos preços e quantidades, os quais deverão estar sustentados em termos de análise de mercado;	Sim
b) Adequada quantificação dos custos de exploração, nomeadamente dos fornecimentos e serviços externos e dos custos de pessoal;	Sim
c) Identificação das fontes de financiamento previstas, designadamente capitais próprios e instrumentos de dívida, demonstrando que as necessidades de investimento serão adequadamente cobertas;	Sim
d) Níveis de autonomia financeira adequados com uma cobertura adequada dos ativos por capitais próprios;	Sim
e) Rácios de liquidez adequados, de forma a garantir uma correspondência entre os ativos circulantes e os passivos circulantes;	Sim
f) Capacidade de reembolso adequada, através da análise da cobertura dos cash flows sobre o endividamento.	Sim
2 - Suscetível adequada sustentabilidade ambiental e territorial	1)
3 - Produção de bens e serviços transacionáveis de carácter inovador e em mercados com potencial de crescimento:	
a) Inovação de serviços, processos e produtos, ponderando o grau de novidade em termos de empresa, região ou setor;	Sim
b) Produção de bens e serviços que podem ser objeto de troca internacional ou expostos à concorrência externa;	Sim
c) Inserção em setores com procura dinâmica no mercado global.	Sim

4 - Introdução de processos tecnológicos inovadores ou colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico: a) Envolvimento em acordos de cooperação de carácter relevante com instituições do ensino superior, centros tecnológicos e outras entidades no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico em novos processos, produtos e serviços ou a sua melhoria significativa; b) Criação de estruturas comuns de investigação e desenvolvimento.	Sim Não
5 - Inserção nas estratégias de especialização inteligente da região e ou contribuição para a dinamização de territórios de baixa densidade económica: a) Localização em regiões objeto de tratamento prioritário no âmbito de sistemas de incentivo ao investimento; b) Impacte relevante na estrutura produtiva local/regional em termos de consolidação ou diversificação da base produtiva.	Não Sim
6 - Balanço económico externo: a) Impacte positivo nas relações de troca da economia da região e no grau de exposição aos mercados externos.	Sim
7 - Eficiência energética e ou favorecimento de fontes de energia renováveis	1)
8 - Efeitos de arrastamento em atividades a montante ou a jusante, em particular nas pequenas e médias empresas: a) Valorização da cadeia de fornecimentos de modo a incorporar efeitos estruturantes, designadamente em atividades de conceção, design e certificação de sistemas de qualidade, ambiente, higiene e segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social;	Sim

b) Estimular abertura a novos canais de distribuição, bem como o processo de internacionalização de fornecedores e clientes;	Não
c) Valorização de recursos endógenos, designadamente os renováveis, e de resíduos com valorização das situações associadas à redução dos impactes ambientais.	Sim
9 - Idoneidade e credibilidade do promotor:	
a) Expectativa de uma gestão sã e prudente, tendo em vista, de modo particular, a viabilidade económica do projeto;	Sim
b) Expectativa de uma eficiente implementação do projeto e da sua viabilidade futura;	Sim
c) Entre outras circunstâncias atendíveis, pode considerar-se como indiciador de falta de idoneidade, no sentido previsto nas alíneas anteriores, desde que devidamente fundamentado:	
i) A condenação do promotor, por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por abuso de confiança, burla, extorsão, insolvência dolosa, suborno, corrupção, branqueamento de capitais;	Não
ii) Inadequação da situação económico-financeira do promotor, em função do montante da participação que se propõe deter;	Não
iii) Fundadas dúvidas sobre a licitude da proveniência dos fundos utilizados na aquisição da participação, ou sobre a verdadeira identidade do titular desses fundos.	Não

Legenda: 1) Competirá às demais entidades representadas na CPAI pronunciarem-se no âmbito das suas competências.

IV – Parecer

Para reconhecimento do Estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro, o promotor apresentou a sua fundamentação e

Wuf

demonstrou que preenche os requisitos, de acordo com os parâmetros fixados no nº 2 do artigo 5º e nº 3 do artigo 6º do referido diploma (regime de exceção), de acordo com análise realizada.

Considera-se que a empresa sustentou adequadamente os critérios que identificou como justificativos para aplicação do regime de exceção previsto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro, a saber:

- a) Atividade interna de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no valor de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa;
- b) Forte componente de inovação aplicada, traduzida numa parte significativa da sua atividade ancorada em patente desenvolvida pela empresa;
- c) Manifesto interesse ambiental;
- e) Produção relevante de bens e serviços transacionáveis.

A Análise da informação de natureza económica e financeira disponibilizada no requerimento, e a informação existente nesta Agência, em particular a referente à candidatura nº 406 - PRR - Apoio à Descarbonização da Indústria, permitiram confirmar a coerência e correspondência dos dados apresentados, bem como a confirmação da existência de capacidade de autofinanciamento da operação nos termos indicados e do valor de incentivo aprovado, indicado como fonte de financiamento.

Considerando plausíveis os pressupostos avançados pela empresa, considera-se que o projeto evidencia viabilidade económica e financeira e cumpre os requisitos impostos em matéria de financiamento.

De realçar, porém, que o projeto se encontra numa fase inicial, estando por iniciar um conjunto de estudos e avaliações, que poderão identificar condicionantes ambientais de relevo, nomeadamente o licenciamento industrial e ambiental, sendo condição obrigatória o cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis ao licenciamento do projeto aqui apreciado.

Assim, é nosso entendimento que o investimento a desenvolver assume relevância regional e nacional e poderá ter um forte impacto positivo na economia da Região em que irá ser instalado, bem como na do País, propondo o IAPMEI a emissão de parecer favorável para obtenção do Reconhecimento de Projeto de Potencial Interesse Nacional.

22 de agosto de 2024

Direção de Proximidade Regional

Dina Sobral



Informação N.º: 008/2024_UPDR_CPAI

**Para: Sr. Vice-Presidente, Prof. Eduardo Anselmo de
Castro**

C/C: Diretora de Unidade, Dra. Carla Coimbra

Chefe de Divisão, Dra. Alexandra Gomes

10 de setembro de 2024

Parecer

Concordo. À Consideração Superior.

Assinado por: **Alexandra Manuela Gouveia Gomes**

Num. de Identificação: 10987550

Data: 2024.09.19 09:19:58+01'00'



Concordo. À consideração superior.

Assinado por: **CARLA CRISTINA ESTEVES COIMBRA**

Num. de Identificação: 10577545

Data: 2024.09.19 09:39:48+01'00'



Despacho

Concordo com o proposto.

Eduardo Anselmo Moreira
Fernandes de Castro

Assinado de forma digital por
Eduardo Anselmo Moreira Fernandes
de Castro
Dados: 2024.09.19 11:03:41 +01'00'

ASSUNTO/RESUMO:

Candidatura a Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) do Projeto SECIL CCL, SECIL - Companhia
Geral de Cal e Cimento S.A.

mf

1. Enquadramento

No âmbito do Decreto-Lei n.º 154/2013 de 5 de novembro, que institui o sistema de acompanhamento de projetos de investimento que poderão assumir, pelas suas características, uma importância relevante para a dinamização da economia nacional e procede à criação da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), e do estabelecido nos artigos 3.º (Criação e competências da CPAI) e 4.º (Composição e funcionamento da CPAI), compete à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDR Centro) integrar, analisar e pronunciar-se sobre os projetos da sua área territorial submetidos a apreciação.

Neste sentido, recebemos do Secretariado Técnico da CPAI, no dia 13 de agosto de 2024, informação relativa à Candidatura a Reconhecimento de Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) do Projeto PIN 313 - SECIL Clean Cement Line (SECIL CCL) para apreciação e decisão.

2. Dados do Projeto

Nome: SECIL Clean Cement Line (SECIL CCL)

Promotor: SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A. (NIPC 500243590)

Localização: Maceira, Leiria

Investimento: 62,89 milhões de euros

Número de postos de trabalho diretos criados: 13

CAE: 23510- Fabricação de cimento.

Breve Descrição do Projeto:

O presente projeto visa o desenvolvimento da unidade da SECIL S.A. em Maceira-Liz, designadamente através da adaptação/alteração da Linha 6 - de produção de clínquer - de modo a que esta linha de produção passe a funcionar com combustíveis alternativos e melhore a sua eficiência energética.

A SECIL tem como atividade a produção e comercialização de cimento, betão pronto, agregados, argamassas, prefabricados de betão e cal hidráulica. A SECIL integra, adicionalmente, empresas que operam em áreas complementares, como o desenvolvimento de soluções no domínio da preservação do ambiente e a utilização de resíduos como fonte de energia.

No que respeita à atividade principal de fabrico de cimento, a Fábrica Maceira-Liz possui atualmente duas linhas de produção com cerca de 1.400 t/dia de clínquer cada (Linha 5 e Linha 6), num total de capacidade instalada de produção de clínquer de 2.800 t/dia. Estas duas linhas de produção são muito semelhantes e ambas têm bons desempenhos devido a melhorias sistemáticas que têm sofrido, pois iniciaram atividade em 1968 e 1970, respetivamente.

Em específico, o projeto SECIL CCL consiste na adaptação/alteração da Linha 6, dedicada à produção de clínquer, para a utilização de hidrogénio verde como substituto do combustível fóssil principal (coque de petróleo e/ou carvão), aumento significativo do consumo de combustíveis alternativos (CA's) e melhoria da eficiência energética (com reaproveitamento de calor). O objetivo final deste projeto de alteração é a abolição de combustíveis fósseis e consequente redução de emissões de CO₂, focando-se assim na significativa redução das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE). O projeto de alteração prevê modificações e adaptações tecnológicas dos sistemas e equipamentos fabris da produção sendo a intervenção localizada essencialmente ao nível da torre de ciclones, forno e arrefecedor de clínquer da Linha 6.

Em termos quantitativos, os objetivos que o projeto de alteração do Projeto SECIL CCL prevê são:

- Substituição total de combustíveis fósseis por: 90 % de combustíveis alternativos e 10 % de Hidrogénio Verde;
- Redução do consumo energético em 20,8%;
- Redução das emissões de GEE em 30,3 %, traduzida numa diminuição de 146 kgCO₂/t clínquer face ao "benchmark". Prevê-se que atinja valores de 0,547 tCO₂e/t clínquer, ou seja cerca de 21,0 % abaixo do "benchmark" (0,693 tCO₂e/t clínquer cinzento de acordo com o Regulamento de Execução (UE) n.º 2021/447). A melhoria de eficiência e produtividade permitirá a paragem da produção de clínquer no forno 5 da Linha 5, menos eficiente, uma vez que a atual conversão da Linha 6 permitirá uma produção de clínquer de cerca de 1.800 t/dia suficiente para fazer face às necessidades do mercado.

O Projeto é composto por cinco medidas que se distribuem por três tipologias de projetos de alteração do processo de produção visando, na sua globalidade, a descarbonização da instalação, quer ao nível das emissões diretas (processo de fabrico englobando as emissões de combustão e as emissões de processo), quer a nível das emissões indiretas (associadas à eletricidade), com impacto ambiental positivo significativo na redução global das emissões de GEE (CO₂) das atividades da fábrica. As medidas de alteração implicam a instalação de novos

equipamentos e a substituição de alguns dos equipamentos e instalações já existentes, através da introdução de novas tecnologias. Deste modo, a implementação do projeto SECIL CCL, na sua globalidade, introduz um conjunto de alterações nos equipamentos e instalações fabris, do processo essencialmente ao nível da fase de clinquerização, com alteração positiva de alguns dos aspetos ambientais associados, em particular emissões atmosféricas e consumo energético, e consequentemente com a melhoria dos impactes ambientais da instalação.

O Projeto SECIL CCL foi objeto de candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), conforme AVISO Nº 02/C11-I01/2022, com o número 406. O parecer do IAPMEI, publicado em julho de 2023, conclui que a candidatura se enquadra no âmbito da Componente 11 Descarbonização da Indústria, do PRR e cumpre os critérios de admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e do projeto, expressos no Regulamento do Sistema de Incentivos «Descarbonização da Indústria», publicado em anexo à Portaria n.º 325-A/2021, de 29 de dezembro e no Aviso n.º 02/C11-i01/2022, pelo que foi considerado elegível com um subsídio atribuído de 25.573 M€ (decisão final do montante do subsídio a 13 de fevereiro de 2024).

Relativamente ao nível de enquadramento na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 do Centro), verifica-se que este projeto tem alinhamento com as linhas de ação da RIS3 do Centro, designadamente com a linha de ação «2.b) Uso eficiente de recursos e redução do impacto ambiental nos processos produtivos e ao longo do ciclo de vida dos produtos e sistemas» da plataforma de inovação «Plataforma de Inovação 2 - Desenvolver soluções industriais sustentáveis» e com o domínio diferenciador temático «Materiais, Tooling e Tecnologias de produção».

Requisitos de Reconhecimento do Estatuto PIN:

Relativamente aos requisitos de reconhecimento do estatuto PIN previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 154/2013 de 05 de novembro, o projeto cumpre o disposto neste artigo nas alíneas a) e c) mas não cumpre o disposto na alínea b), nomeadamente:

- a) Representem um investimento global igual ou superior a 25 milhões de euros: investimento de 62,89 milhões de euros;
- b) Criem um número de postos de trabalho diretos igual ou superior a 50: criação de 13 postos de trabalho, dos quais 2 altamente qualificados e manutenção dos atuais 90 postos de trabalho;
- c) Sejam apresentados por promotores de reconhecida idoneidade e credibilidade: o promotor do projeto é a empresa SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.

Deste modo, o promotor invoca as condições de exceção ao abrigo do disposto no número 3 do referido artigo 6.º, nomeadamente:

- a) Atividade interna de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no valor de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa

Atividade I&D: 16% do volume de negócios da empresa (Atividade interna de I&D em Portugal no ano de 2022: 40.162.177 € e Volume negócios em Portugal no ano de 2022: 257.724.447 €);

- b) Forte componente de inovação aplicada, traduzida numa parte significativa da sua atividade ancorada em patente desenvolvida pela empresa

Inovação na produção para descarbonização da indústria, alteração da Linha 6 para que passe a produzir sem combustíveis fósseis;

- c) Manifesto interesse ambiental;

Contribuição do projeto para a descarbonização da indústria e cumprimentos das metas nacionais e europeias no âmbito da transição climática e energética;

- d) Produção relevante de bens e serviços transacionáveis

Em 2023, a fábrica da Maceira totalizou 45 M€ de VAB, um aumento em cerca de 17% face a 2022, demonstrando a sua relevância na economia local e nacional. A unidade industrial produziu 815 mil toneladas de cimento, correspondendo a 96,6 M€ de total de vendas, das quais 56 mil toneladas e 5,2 M€ para exportação.

3. Conclusão

Após análise do requerimento e elementos instrutórios remetidos pelo proponente, consideramos que a candidatura do Projeto SECIL Clean Cement Line (SECIL CCL), promovido pela empresa SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A., reúne globalmente condições para obter o estatuto de Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN).

Deste modo, e não existindo oposição do município de Leiria, reunidos todos os pareceres das entidades competentes e sendo cumpridos todos os requisitos legais nas matérias relacionadas com o licenciamento da atividade, consideramos que o projeto é relevante para o município e região e que se encontra em condições de obter parecer favorável desta CCDR Centro para o reconhecimento de Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN).

À consideração do Sr. Vice-Presidente, Prof. Eduardo Anselmo de Castro

A Técnica Superior

Rita Pinto

Assinado por: **Ana Rita Mendes Pinto**
Num. de Identificação: 11789945
Data: 2024.09.17 17:07:28+01'00'



 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.sede@icnf.pt
 213507900

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Permanente de
Apoio ao Investidor

Rua de Entrecampos, 28, Bloco B, 12º
1700-158 Lisboa

elisabete.velez@portugalglobal.pt

vossa referência	nossa referência	nosso processo	Data
<i>your reference</i>	<i>our reference</i>	<i>our process</i>	<i>Date</i>
	S-029259/2024	P-023970/2024	2024-08-27
Assunto	PIN 313 - Candidatura a Reconhecimento PIN do Projeto " "SECIL CCL"		
<i>subject</i>			

Na sequência da apresentação pela empresa SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A., da candidatura a classificação PIN do Projeto " "SECIL CCL" e em resposta à solicitação de parecer por essa Comissão ao ICNF neste âmbito, informa-se V. Exa. do resultado da apreciação por este Instituto aos elementos de candidatura disponibilizados.

Segundo os elementos de candidatura apresentados, o projeto diz respeito à adaptação de uma das linhas de produção de clínquer da unidade fabril Maceira –Liz para que possa ser utilizado hidrogénio verde como substituto do combustível fóssil principal.

O projeto não abrange áreas incluídas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 5º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, não coincide com áreas submetidas ao regime florestal e não inclui áreas situadas na zona de proteção de 50 metros de arvoredo de interesse público classificado ou em vias de classificação (Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro).

Tendo em conta a tipologia do projeto e a localização da área de implantação do mesmo a decisão relativa ao reconhecimento do estatuto PIN do "Projeto "SECIL CCL"" deve ser sustentada em parâmetros de avaliação diferentes da relação do projeto com as áreas incluídas no SNAC, com os Habitats e com as espécies da flora e da fauna, com o regime florestal e com o arvoredo de interesse público.

Pelo exposto e tendo em conta a tipologia do projeto e a localização da área de implantação do mesmo considera-se que o projeto reúne condições para ser reconhecido como PIN.





Recorda-se que este reconhecimento não invalida o resultado do que vier a ser determinado em sede de processos específicos de avaliação decorrentes do cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente de Avaliação de Impacte Ambiental, assim como o cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Regulação
Assinado por NUNO MIGUEL SOARES BANZA
Num. de Identificação: 10580575
Data: 2024.08.30 11:35:04+01'00'

Nuno Banza

Exmos. Senhores
Agência para o Investimento e Comércio
Externo de Portugal (AICEP)
Dr.^a Elisabete Velez
Rua Júlio Dinis, n.º 748 – 9.º
4050-012 PORTO

V/Comunicação: 29/08/2024

N/Ref^a.: SAI/2024/9975/DRO/DEOT/SS
Proc^o.: 14.01.16/195
Data: 19.09.2024

ASSUNTO: Apreciação da candidatura PIN do projeto 'CCL (Clean Cement Line)
Maceira', no concelho de Leiria
Promotor: SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da
Informação de Serviço deste Instituto, com o nº PROP/2024/4508[DRO/DEOT/SS/ML],
bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos,



Fernanda Praça
Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Em anexo: O mencionado

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T: +351 211 140 200 F: +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

Informação de serviço n.º PROP/2024/4508 [DRO/DEOT/SS/ML]

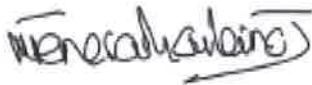
Assunto: Apreciação da candidatura PIN do projeto 'CCL (Clean Cement Line) Maceira', no concelho de Leiria

Promotor: SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.

Processo n.º 14.01.16/195 (PIN 313)

Emite-se parecer favorável ao reconhecimento como PIN do Projeto "SECIL CCL", conforme proposta da Diretora Coordenadora.

Comunique-se ao secretariado da CPAI.



Teresa Monteiro

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Lisboa, 18.09.2024



Informação de serviço n.º PROP/2024/4508 [DRO/DEOT/SS/ML]

Assunto: Apreciação da candidatura PIN do projeto 'CCL (Clean Cement Line) Maceira', no concelho de Leiria

Promotor: SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.

Processo n.º 14.01.16/195 (PIN 313)

Do ponto de vista do turismo, propõe-se a emissão de parecer favorável ao presente pedido, por se pressupor o mesmo enquadrável na situação de excecionalidade do n.º 3 do art.º 6.º do DL nº 154/2013, de 5 de novembro, nomeadamente pela atividade interna de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no valor de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa, forte componente de inovação aplicada (traduzida numa parte significativa da atividade ancorada em patente desenvolvida pela empresa), manifesto interesse ambiental e produção relevante de bens e serviços transacionáveis do projeto, o que deverá ser validado pelas restantes entidades competentes representadas na CPAI.

À consideração superior.

16.09.2024

Leonor Picão
Diretora Coordenadora



O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com



Informação de serviço n.º PROP/2024/4508 [DRO/DEOT/SS/ML]

12/09/2024

Assunto: Apreciação da candidatura PIN do projeto 'CCL (Clean Cement Line) Maceira', no concelho de Leiria

Promotor: SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.

Processo n.º 14.01.16/195 (PIN 313)

I – ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES

O requerimento de candidatura e respetivos elementos instrutórios, relativos ao projeto designado por 'CCL (Clean Cement Line) Maceira', para apreciação da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 154/2013, de 5 de novembro, foi submetido no Balcão do Empreendedor no dia 13.08.2024 (processo n.º 2610697, pedido n.º 268626/2024), conforme notificação do mesmo dia, a que corresponde o registo n.º ENT/2024/17737 de 14.08.2024. Na presente apreciação foram também considerados os elementos adicionais apresentados a 29.08.2024 (registo n.º ENT/2024/18598, do mesmo dia).

Com a presente candidatura, o promotor pretende que a CPAI proceda ao reconhecimento do projeto de investimento de Potencial Interesse Nacional (PIN) e ao acompanhamento do mesmo por aquela Comissão.

II – CARACTERIZAÇÃO DA CANDIDATURA

Designação do Projeto	CCL (Clean Cement Line) Maceira					
Localização	Localidade e freguesia de Maceira, no concelho de Leiria					
Promotor	SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.					
Investimento Global (M€)	62,89					
Postos de trabalho a criar	Diretos	13	Indiretos	275	A manter	103

II.1 – Descrição sumária do projeto

O projeto CCL (Clean Cement Line) Maceira consiste na adaptação/alteração da Linha 6 da Fábrica Maceira-Liz, em funcionamento, dedicada à produção de clínquer, para permitir a utilização de Hidrogénio Verde (como combustível substituto do petcoque ou carvão), o aumento significativo do consumo de Combustíveis Alternativos e a melhoria da eficiência energética (com reaproveitamento do calor gerado). As modificações tecnológicas introduzidas nos sistemas e equipamentos fabris da produção conduzirão a uma melhoria de eficiência e produtividade, o que permitirá a paragem da Linha 5, menos eficiente.

O projeto localizar-se-á na localidade e freguesia de Maceira, no concelho de Leiria, sendo implantado no perímetro fabril, numa área de cerca de 1.162m² impermeabilizada e consolidada da fábrica, não havendo intervenção em áreas adjacentes naturais.

Alinhando-se com os objetivos do PRR, elaborado com base nos compromissos do PNEC 2030, o projeto CCL Maceira tem como principais objetivos:

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

- Substituição total dos combustíveis fósseis por 90% de Combustíveis Alternativos (CA's) e 10% de Hidrogénio Verde (H₂);
- Redução do consumo energético em 20,8%;
- Redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em 30,3%.

A utilização de CA's refere-se à valorização energética de resíduos nos fornos da fábrica, em substituição dos combustíveis fósseis tradicionais. Os resíduos (não perigosos) autorizados para coincineração encontram-se devidamente identificados na licença ambiental da Fábrica Maceira-Liz, não havendo alterações à listagem admitida. Ainda que se preconize o aumento da taxa de substituição dos combustíveis fósseis por CA's, não se espera que haja qualquer alteração nos impactos ambientais decorrentes da coincineração já realizada na instalação.

As tecnologias aplicadas no projeto CCL Maceira foram criteriosamente analisadas e selecionadas, aproveitando a experiência resultante da implementação do projeto CCL na Fábrica do Outão (concelho de Setúbal), em 2023. Entre as principais inovações, destacam-se:

- Redução do consumo térmico, através da otimização da linha e da modificação da torre de ciclones;
- Pré-tratamento de CA's com o calor desperdiçado do processo, reduzindo a humidade e melhorando o seu desempenho na queima;
- Aumento da taxa de CA's e utilização de Hidrogénio Verde, reduzindo as emissões provenientes da combustão de combustíveis fósseis;
- Aproveitamento do calor libertado durante a fase de arrefecimento do clínquer para calcinação de materiais com reatividade latente e propriedades pozolânicas, para formação de "Low Carbon Clinker", produto patenteado pela SECIL, com menor pegada de emissões geogénicas e maior resistência química;
- Digitalização da linha com a incorporação de sistemas de sensorização e monitorização em tempo real do controlo de processo, evitando desvios e perdas de eficiência.

De acordo com a simulação ambiental efetuada na plataforma do Siliamb, em maio de 2024, o projeto tem enquadramento nos seguintes regimes:

- Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (análise caso a caso);
- Regime de Prevenção de Acidentes Graves (análise caso a caso);
- Regime Geral de Gestão de Resíduos.

III – APRECIÇÃO

III.1 – Cumprimento do Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro

Cumprimento dos requisitos de candidatura	Sim	Não
Investimento global	X	
Postos de trabalho		X

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Requisitos base (comprovada viabilidade económica; suscetibilidade e adequada sustentabilidade ambiental e territorial; impacte positivo em pelo menos três dos domínios identificados na alínea d) do n.º 1 do artigo 5º; promotores de reconhecida idoneidade e credibilidade)	Atenta a natureza do projeto competirá às demais entidades representadas na CPAI pronunciarem-se no âmbito das suas competências.
Requisitos de excecionalidade (cumprimento de pelo menos dois dos domínios identificados nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 6.º)	

Pelo facto de a presente candidatura não cumprir o número mínimo de 50 postos de trabalho, é aplicável na presente análise o enquadramento previsto no n.º 3 do artigo 6.º do DL n.º 154/2013, tendo o Promotor fundamentado para o efeito, o cumprimento das alíneas a), b), c) e e), respetivamente: a atividade interna de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no valor de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa; a forte componente de inovação aplicada, traduzida numa parte significativa da atividade ancorada em patente desenvolvida pela empresa; o manifesto interesse ambiental e a produção relevante de bens e serviços transacionáveis do projeto.

III.2 – Oferta turística na proximidade do projeto:

Num *buffer* de 2.000m dos limites do projeto CCL Maceira verifica-se, com base na informação disponível no SIGTUR, a existência de 1 estabelecimento de Alojamento Local (com capacidade para 15 utentes), a cerca de 1.960m, 3 estabelecimentos de Agentes de Animação Turística e 1 Agência de Viagens e Turismo. O núcleo fabril contempla o Museu do Cimento da Fábrica Maceira-Liz, integrado no Roteiro do Turismo industrial.

Na figura seguinte ilustra-se a localização do projeto e a oferta turística¹ situada na envolvente:



¹ Fonte: SIGTUR Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal (<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>) -12.09.2024. Alerta-se para o seguinte: a georreferenciação dos estabelecimentos de AL foi obtida de forma automática a partir do endereço, sendo a respetiva localização meramente indicativa; os dados referentes a projetos de ET poderão estar desatualizados, uma vez que, desde 2017, deixou de ser obrigatória a intervenção deste Instituto na fase de controlo prévio das obras de edificação de ET, além de que este Instituto não possui competências de classificação sobre as tipologias parques de campismo e de caravanismo, empreendimentos de turismo de habitação e empreendimentos de turismo no espaço rural nos grupos agroturismo e casas de campo, carecendo esta informação de ser validada pelas Câmaras Municipais.

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

III.3 – Análise no âmbito de IGT aplicáveis

	PDM de Leiria (Aviso n.º 9343/2015, de 21.08, alterado por adaptação pelo Aviso n.º 3066/2017, de 23.03, e pelo Aviso n.º 8881/2018, de 29.06, e alterado pelo Aviso n.º 2953/2020, de 20.02, pelo Aviso n.º 4564/2022, de 03.03) e pela Declaração n.º 62/2024/2 (por adaptação), de 22.08
Classificação e Qualificação do Solo e condicionantes	A área de intervenção encontra-se em Espaços de Exploração de Recursos Geológicos do solo rústico, sendo, ao nível das salvaguardas, inserida em zona de perigosidade de Estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves Está parcialmente em Áreas Complementares da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), em REN (área de máxima infiltração) e área cativa e de reserva de pedreiras
Admissibilidade do uso turístico na Categoria de Solo	São admitidas infraestruturas de recreio e lazer em áreas (extrativas) já exploradas, objeto de recuperação paisagística Em EEM complementar deve ser promovido o recreio e lazer
Proximidade de Espaços de Ocupação Turística ou outros afetos ao Uso Turístico	Não

III.4 – Síntese da apreciação técnica

O projeto CCL (Clean Cement Line) Maceira vai introduzir na Fábrica Maceira-Liz um novo conceito de linha de produção de cimento, com menor consumo de recursos e menores impactos ambientais, em particular através do reaproveitamento da energia térmica, da melhoria da eficiência energética e da redução de emissões, sobretudo CO₂, mas também NO_x (óxidos de azoto).

A adaptação/alteração da Linha 6 da fábrica permitirá a substituição total dos combustíveis fósseis por 90% de Combustíveis Alternativos (CA's) e 10% de Hidrogénio Verde (H₂), a redução do consumo energético em 20,8% e a redução das emissões de GEE em 30,3%, em alinhamento com os objetivos do PNEC 2030, conduzindo ainda ao encerramento da Linha 5, menos eficiente.

O projeto será implantado dentro do perímetro fabril, onde a fábrica labora há mais de um século, numa zona com vasto património industrial. O núcleo fabril contempla o Museu do Cimento da Fábrica Maceira-Liz, integrado no Roteiro do Turismo industrial.

Considera-se que o projeto, enquadrado em termos de ordenamento do território no uso dominante da qualificação do solo, não representa impactos paisagísticos na envolvente significativamente distintos dos que atualmente existem e se perspetivam, em termos de desenvolvimento estratégico no PDM de Leiria (não obstante a complementar admissibilidade do recreio e lazer), nomeadamente em relação ao estabelecimento de AL e 3 estabelecimentos de animação turística identificados num buffer de 2km do projeto, de acordo com a informação disponível neste Instituto.

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Não obstante o não cumprimento do número mínimo de 50 postos de trabalho, definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do DL n.º 154/2013, é invocado o regime de exceção previsto no n.º 3 do artigo 6.º do referido diploma, competindo às demais entidades competentes a respetiva validação.

IV - CONCLUSÃO

Face ao exposto, e do ponto de vista do turismo, propõe-se a emissão de parecer **favorável** ao presente pedido, por se pressupor o mesmo enquadrável na situação de exceção de n.º 3 do art.º 6.º do DL n.º 154/2013, de 5 de novembro, nomeadamente pela atividade interna de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no valor de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa, forte componente de inovação aplicada (traduzida numa parte significativa da atividade ancorada em patente desenvolvida pela empresa), manifesto interesse ambiental e produção relevante de bens e serviços transacionáveis do projeto, o que deverá ser validado pelas restantes entidades competentes representadas na CPAI.

À consideração superior,

12/09/2024



Sara Sousa (Técnica Superior)

X



Marta Lazana (Arquiteta)

Assinado por: MARTA RODRIGUES LAZANA

Ana Rita Oliveira

Sent:

22 de agosto de 2024 11:56

Subject:

RE: [PIN 313] Receção de Candidatura a Reconhecimento PIN do Projeto "SECIL CCL"

Follow Up Flag:

Follow up

Flag Status:

Flagged

Cara Ana Rita Oliveira,

Na sequência de apresentação pela empresa SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (SECIL), de candidatura a classificação PIN do Projeto "SECIL CCL" e em resposta à solicitação de parecer à DGEG, remete-se o resultado da apreciação efetuada pelos serviços da DGEG aos elementos de candidatura disponibilizados pelo promotor:

A SECIL pretende implementar na sua Fábrica Maceira-Liz, localizada na freguesia de Maceira, concelho de Leiria, o projeto designado por CCL – "Clean Cement Line" – que consiste na adaptação/alteração da linha n.º 6, dedicada à produção de clínquer, para a utilização de hidrogénio verde como substituto de combustíveis fósseis como carvão e/ou coque de petróleo, no aumento significativo do consumo de combustíveis alternativos (como biomassas vegetais e animais, combustíveis derivados de resíduos e pneus usados) e na melhoria da eficiência energética do processo fabril, através de reaproveitamento de calor.

O projeto em apreço prevê modificações e adaptações tecnológicas dos sistemas e equipamentos fabris da produção, sendo a intervenção localizada essencialmente ao nível da torre de ciclones, forno e arrefecedor de clínquer da linha n.º 6 existente na Fábrica, tendo como objetivo final a abolição do consumo de combustíveis fósseis durante o processo fabril e consequente redução de emissões de gases de efeito de estufa. Segundo o promotor, a melhoria de eficiência e de produtividade resultante da execução deste projeto permitirá uma produção de clínquer em cerca de 1.800 t/dia, quantidade suficiente para suprir as necessidades de mercado.

O hidrogénio verde será rececionado na Fábrica Maceira-Liz via ramal de gasoduto fornecido pelo Consórcio "REGA – Marinha Grande Green H2 Valley", estando previsto um consumo de 3.300 Nm³/h daquele gás, equivalente a cerca de 297 kg/h. O hidrogénio verde será, numa primeira fase, misturado com gás natural por meio de uma Estação de Mistura e Injeção, sendo o gás natural gradualmente removido em função do aumento dos consumos de hidrogénio e de combustíveis alternativos. De acordo com o promotor, não haverá armazenamento de hidrogénio verde na referida Fábrica.

O projeto "SECIL CCL", cujo arranque se prevê ter lugar no final de 2026, apoiará a criação de oportunidades de emprego, estando previstos 13 postos de trabalho diretos e 275 indiretos, bem como a manutenção de 103 postos de trabalhos atualmente existentes. De acordo com a SECIL, o investimento total ascenderá a cerca de 62,89 M€.

Atendendo à sua importância estratégica e aos benefícios socioeconómicos e ambientais que permitirão o desenvolvimento racional e sustentável a nível regional e nacional, esta Direção-Geral considera o projeto "SECIL CCL" relevante no quadro da transição energética e para a dinamização da economia nacional.

Com os melhores cumprimentos,

Bruno Sousa



Subject:
Date:



FW: Parecer da APA relativo à 234ª Reunião da CPAI
30 de setembro de 2024 15:22:32

Cara Elisabete,

Envio abaixo parecer da APA relativo à CPAI 234.

Cumprimentos,

MJF

Parecer da APA

Projetos da Região centro

- PIN 313 SECIL CCL: Este projeto teve análise CAC AIA e PAG, tendo a CCDD centro, entidade licenciadora concluído, a 18/07/2024, que este projeto deveria ser sujeito a procedimento de AIA (PL20240223001792).

A APA como entidade competente PAG concluiu que a alteração proposta não configura uma alteração substancial.

Assim, acresce referir que a alteração em causa tem enquadramento: AIA, PCIP, CELE; OTR Incineração, OTR parecer vinculativo, pedidos de licenciamento ainda por iniciar.

A APA nada tem a obstar a que o projeto seja considerado PIN desde que cumpra toda a legislação ambiental aplicável.

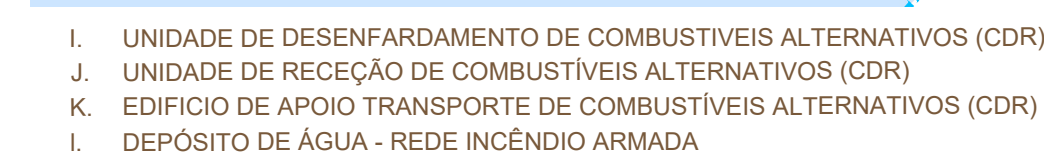


SUPERFÍCIE TOTAL MANCHA REN	911.973,28 m²
PARTE DA ÁREA FABRIL CONSOLIDADA QUE ESTÁ LOCALIZADA EM REN	66.947,20 m²

- LIMITE ÁREA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (R.E.N.)
- ÁREA A DESTACAR DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (R.E.N.)

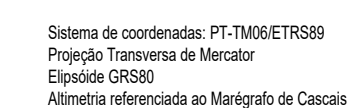


Sistema de coordenadas: PT-TM06ETRS89
Projeção Transversa de Mercator
Escala: 1:5000
Altimetria referenciada ao Marégrafo de Cascais
Ortofotó obtido por fotogrametria em Agosto de 2024



	EXISTENTE	PROPOSTA	DIFERENÇA
ÁREA TOTAL DA PARCELA DE TERRENO REGISTADA	251.250,00 m²	SEM ALTERAÇÃO	SEM ALTERAÇÃO
SUPERFÍCIE TOTAL MANCHA REN	911,973,28 m²	845,026,08 m²	66.947,20 m²
PARTES DA ÁREA FÁBRIL CONSOLIDADA QUE ESTÁ LOCALIZADA EM REN	N / A / A	66.947,20 m²	N / A
ÁREA PERMEÁVEL	32.526,82 m²	21.245,77 m²	-11.281,10 m²
ÁREA IMPERMEABILIZADA	29.338,13 m²	38.379,31 m²	+9.041,18 m²
ÁREA COBERTA	5.082,20 m²	7.322,12 m²	+2.239,92 m²

- | | |
|---|---|
|  | PERÍMETRO INDUSTRIAL (251.250,00 m²) |
|  | PERÍMETRO DO BAIRRO (147.432,00 m²) |
|  | EDIFÍCIOS EXISTENTES NO COMPLEXO |
|  | ÁREAS VERDES EXISTENTES (PERMEÁVEIS) |
|  | ÁREAS PAVIMENTADAS IMPERMEABILIZADAS (CIMENTO/BETUMINOSO) |
|  | LIMITE ÁREA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (R.E.N.) |
|  | ÁREA A DESTACAR DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (R.E.N.) |



 SECIL Serviço de Engenharia e Consultoria Ltda.	PROJETO DE ALTERAÇÕES PRO FUTURE (CCL) Requerente: SECIL Morada: Macieira - Leticia		ARQUITECTURA LICENCIAMENTO INDUSTRIAL E AMBIENTAL	
	PLANTA DE IMPLANTAÇÃO SOBRE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EDIFICAÇÕES A LICENCIAR		Substitui desenho nº Substituído por nº	desenho nº 02
		data Set. 2005	página 1/001	

Ricardo Negreira de Sousa Lopes
Mestre em Arquitetura pelo Instituto Superior Técnico



- A. NOVO SILO DE CLINQUER
- B. SECADOR DE COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS (CDR)
- C. SALA ELÉTRICA F6
- D. SILO DE COMBUSTÍVEL FÓSSIL - CALCINADOR
- E. ALIMENTAÇÃO DE CHIPS DE PNEUS
- F. DEPÓSITOS E SISTEMA DE INJEÇÃO DE AMÔNIA
- G. TELHEIRO OFICINA AUTO
- H. ÁREA MULTIUSOS PAVIMENTADA
- I. UNIDADE DE DESENFARDAMENTO DE COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS (CDR)
- J. UNIDADE DE RECEÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS (CDR)
- K. EDIFÍCIO DE APOIO TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS (CDR)
- L. DEPÓSITO DE ÁGUA - REDE INCÊNDIO ARMADA

	EXISTENTE	PROPOSTA	DIFERENÇA
ÁREA TOTAL DA PARCELA DE TERRENO REGISTRADA	251.250,00 m²	SEM ALTERAÇÃO	SEM ALTERAÇÃO
SUPERFÍCIE TOTAL MANCHA REN	911.973,28 m²	845.026,08 m²	66.947,20 m²
PARTE DA ÁREA FABRIL CONSOLIDADA QUE ESTÁ LOCALIZADA EM REN	N / A	66.947,20 m²	N / A
ÁREA PERMEÁVEL	21.245,77 m²	17.492,67 m²	-3.753,10m²
ÁREA IMPERMEABILIZADA	38.379,31 m²	41.291,73 m²	+2.918,42 m²
ÁREA COBERTA	7.322,12 m²	8.162,80 m²	+840,68 m²

- PERÍMETRO INDUSTRIAL (251.250,00 m²)
- PERÍMETRO DO BAIRRO (147.432,00 m²)
- EDIFÍCIOS A CONSTRUIR
- EDIFÍCIOS A CONSTRUIR, ÁREA COBERTA
- EDIFÍCIOS EXISTENTES NO COMPLEXO

- ÁREAS VERDES EXISTENTES (PERMEÁVEIS)
- ÁREAS PAVIMENTADAS IMPERMEABILIZADAS (CIMENTO/BETUMINOSO)
- LIMITE ÁREA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (R.E.N.)
- ÁREA A DESTACAR DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (R.E.N.)

Sistema de coordenadas: PT-TM6BTRS89
Projeto: Transmissão de Mercado
Etapas: GR580
Alínea referenciada ao Manágio de Casca



PROJETO DE ALTERAÇÕES PRO FUTURE (CCL)
Requerente: SECIL
Morada: Macieira - Leiria
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO SOBRE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
NOVAS CONSTRUÇÕES

ARQUITECTURA (CCL)
LICENCIAMENTO INDUSTRIAL E AMBIENTAL
Substituto por des. nº
desenho nº
03
data
Set. 2025
escala
1:5000
página nº
Ricardo Nogueira de Sousa Lopes
Membro nº19258 da Ordem dos Arquitectos

Declaração

Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, dando cumprimento ao solicitado na ficha de instrução para os processos de alteração da Reserva Ecológica Nacional (REN) para efeitos de conferência procedimental (aplicação do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto) e com base na informação técnica, declara que:

A pretensão formulada pela Fábrica de Cimento SECIL Maceira-Liz, contribuinte n.º 500243590, com sede na Freguesia da Maceira, no âmbito de uma alteração à REN, ao abrigo do artigo 16.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, tem enquadramento no Plano Diretor Municipal de Leiria, publicado no Diário da República n.º 44, 2.ª série, de 3 de março de 2022, através do Aviso n.º 4564/2022, e com a redação introduzida pela Declaração n.º 62/2024 de 22 de agosto, designadamente com os artigos:

Artigo 70.º

Identificação e caracterização

Os espaços de exploração de recursos geológicos delimitados na Planta de Ordenamento visam a salvaguarda e a valorização dos recursos geológicos e compreendem as áreas de extração e as necessárias à instalação de edificações inerentes à exploração e transformação de recursos geológicos nos termos da legislação aplicável.

Artigo 71.º

Regime de edificabilidade

1 - A exploração de recursos geológicos de domínio privado tem que cumprir com os seguintes requisitos:

a) As áreas já exploradas devem ser objeto de recuperação paisagística, admitindo-se a sua utilização para diversas atividades, nomeadamente:

i) Destino final de aterros de inertes salvaguardando aquíferos existentes;

ii) Aquicultura, infraestruturas de recreio e lazer, para as quais as componentes edificadas devem limitar-se estritamente às instalações de apoio às respetivas atividades;

b) As novas explorações devem garantir uma cortina/ecrã arbóreo de absorção visual com tratamento paisagístico adequado, com espécies autóctones e mantendo de preferência a vegetação natural nos limites das explorações quando contíguas com perímetros urbanos;

c) A Câmara pode fixar, em Regulamento Municipal, condições para minimizar os efeitos negativos resultantes da sobreutilização das vias públicas de acesso à exploração em resultado da respetiva laboração, nomeadamente a execução, à custa do explorador, da pavimentação e de outros trabalhos de manutenção das mesmas, sempre que se verifique uma situação de degradação causada por essa sobreutilização.

2 - Sempre que possível as ampliações das edificações legalmente existentes, não ligadas à atividade, devem ser efetuadas de modo a não comprometer o aproveitamento dos recursos geológicos.



3 - A exploração de recursos geológicos de domínio privado e as edificações inerentes à exploração e transformação dos recursos têm ainda que cumprir com os seguintes requisitos:

a) São admissíveis edificações inerentes à exploração e transformação dos recursos desde que o índice de ocupação não exceda 30% da área licenciada ou a licenciar da pedreira, exceto em situações devidamente justificadas quando esteja em causa funcionamento da atividade;

b) São admissíveis edificações inerentes à exploração e transformação dos recursos exteriores à exploração, instalações de depósitos, e operações de gestão de resíduos desde que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

i) O índice máximo de utilização do solo é de 0,5;

ii) O índice máximo de impermeabilização é de 70%;

iii) A altura máxima da fachada principal confinante com a via pública é de 12 metros, excluindo as situações devidamente justificadas por necessidades de instalações técnicas, produtivas ou tecnológicas;

iv) Delimitação, no interior dos espaços de exploração de recursos geológicos adjacentes ao perímetro urbano, de uma faixa non aedificandi de 20 metros de proteção e enquadramento, devendo esta ser objeto de tratamento paisagístico adequado, mantendo de preferência a vegetação natural e tendo densidade e altura que minimize o impacte visual nas áreas envolventes;

c) São admissíveis ampliações das explorações de recursos geológicos, desde que 30% da exploração inicial tenha sido objeto de intervenção de recuperação paisagística;

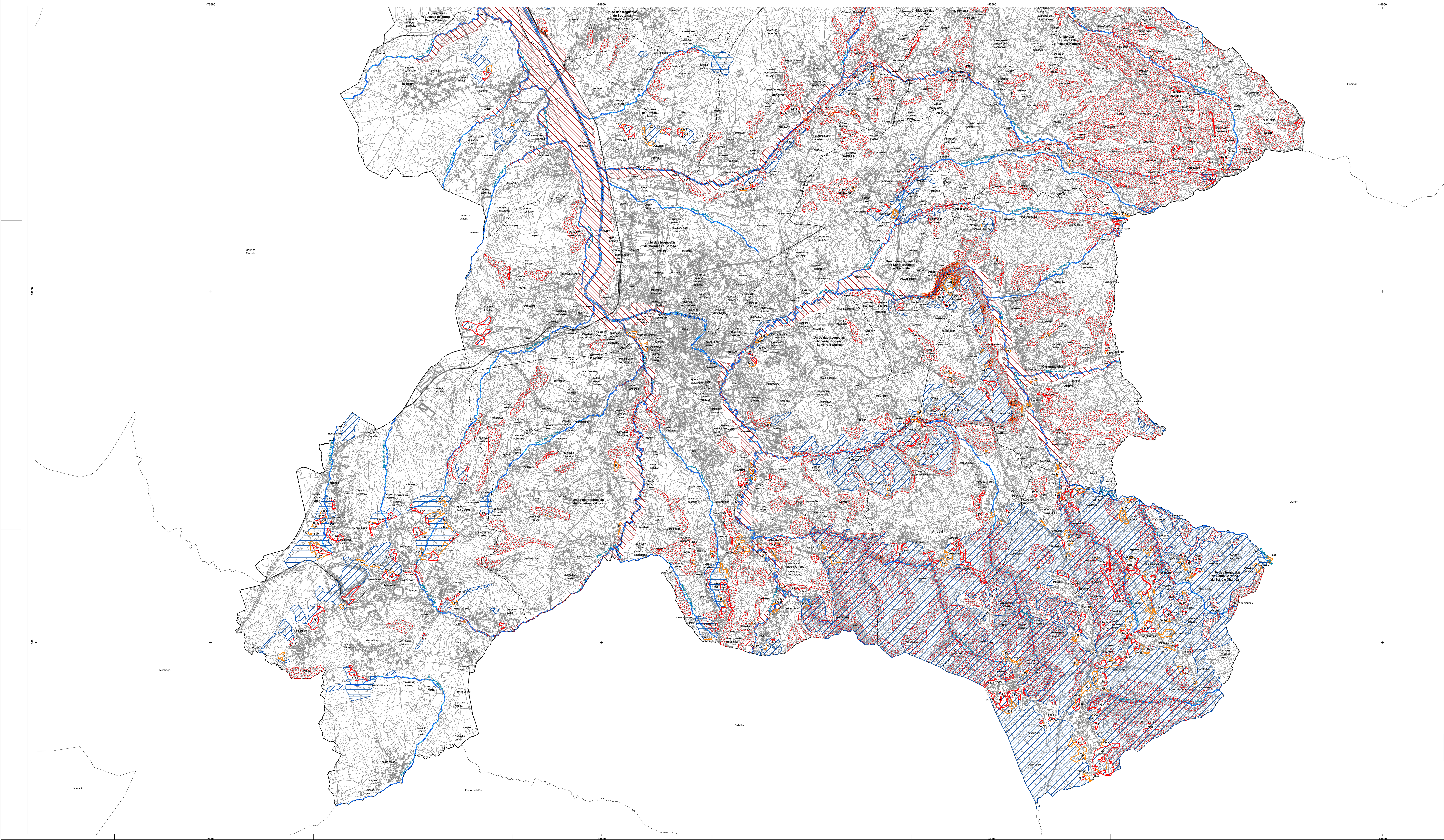
d) Por motivos exclusivamente relacionados com a persecução dos trabalhos de exploração da pedreira e do racional aproveitamento do recurso geológico, poderá ser admitida uma percentagem inferior à referida na alínea anterior, mediante parecer das entidades responsáveis pela aprovação do plano de pedreira.

Leiria, 4 de novembro de 2025

O Presidente da Câmara Municipal

[Assinatura
Qualificada]
Gonçalo Nuno
Bértolo Gordalina
Lopes

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada]
Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes
DN: c=PT, o=MUNICÍPIO DE LEIRIA,
2.5.4.97=VATPT-505181266, ou=Certificado para pessoa
singular - Assinatura Qualificada, title=Presidente da
Câmara Municipal de Leiria - Informação confirmada
pela Entidade de Certificação apenas na data de
emissão e que não foi confirmada posteriormente a
essa data, sn=Bértolo Gordalina Lopes,
givenName=Gonçalo Nuno,
serialNumber=IDCPT-10501747, cn=[Assinatura
Qualificada] Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes
Dados: 2025.11.04 13:00:10 Z



Legenda
Tipologias da Reserva Ecológica Nacional (REN)
Cabeceiras das rias de água
Dunas litorais, primárias ou secundárias
Escarpas
Faixa de proteção de escarpas
Faixa de proteção de lagoa
Faixa marítima
Lagoas
Linha dos cursos de água
Nauas
Zonas ameaçadas pelas cheias
Zonas com riscos de erosão
Zonas de máxima infiltração
Propostas de exclusão de áreas da REN
Exclusão por compromisso
Exclusão para a satisfação de carências

CAOP 2024
Limite de concelho
Limite de freguesia

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PLANTA DE CONDICIONANTES - RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

TERCEIRA ALTERAÇÃO

data: 1 / 25 000

escala: 1 / 25 000

folha nº: 218

Entidade Proprietária da Cartografia: Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

Entidade Produtora e data de edição da Cartografia: Socar, Lda, Data Voz: 31-08-2018

Série Cartográfica Oficial: 1:10000

Data, Nº de Homologação e Entidade Responsável: 11/09/2020; Processo de homologação: n.º 074 da Direção Geral do Território

Sistema de Referência Datum e Sistema de Projeção Cartográfica: PT-TM 06/ETRS89; Projection: Transversa Mercator

Exatidão posicional: Melhor ou igual a 1.5m (EMQ) em planimetria e 1.7m (EMQ) em altimetria

Exatidão temática: Igual ou superior a 95%